PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI Atos do Prefeito

DECRETO N° 11741/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8°, da Lei n° 3071/2013 de 23 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 2.691.109,58 (Dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e nove reais e cinquenta e oito centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1° do artigo 43, da Lei n° 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11563, de 16 de janeiro de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 23 DE OUTUBRO DE 2014.

RODRIGO NEVES - PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 11741/2014 CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS VALORES (R\$)					
ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/ CANCELADO
2043 - FME	1236100422184	33903000	205	170.000,00	
2043 - FME	1284609000917	31911300	100	2.000.000,00	
4141 - FAN	1236100092349	33903600	100	229.774,58	
4141 - FAN	1312200012360	33903000	100	40.000,00	
4141 - FAN	1312200012360	33903600	203	40.000,00	
4141 - FAN	1312200012360	33903900	100	211.335,00	
2043 - FME	1212200012183	33903900	100		2.000.000,00
2043 - FME	1236100422184	33903200	205		170.000,00
4141 - FAN	1236100092349	33903000	100		60.109,61
4141 - FAN	1236100092354	33903000	100		38.496,00
4141 - FAN	1236100092354	33903600	100		14.330,37
4141 - FAN	1236100092354	33903900	100		94.005,00
4141 - FAN	1236100092354	44905200	100		22.833,60
4141 - FAN	1312200012360	33903000	203		10.000,00
4141 - FAN	1312200012360	33903900	203		20.000,00
4141 - FAN	1312200012360	33909200	100		134.000,00
4141 - FAN	1312200012360	44905100	100		98.000,00
4141 - FAN	1312200012360	44905200	100		19.335,00
4141 - FAN	1312200012360	44905200	203		10.000,00
TOTAL GERAL	•	•		2.691.109,58	2.691.109,58

FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO MUNICIPAL

FONTE 203 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO MUNICIPAL FONTE 203 - RECURSOS PRÓPRIOS FONTE 205 - RECURSOS PROVENIENTES DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 11742/2014

Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso de atribuição que lhe confere o art. 66,

inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Niterói, CONSIDERANDO o dever de transparência que pauta a conduta do Poder Público em todos os âmbitos, assegurado pelos artigos 5º, inciso XXXIII; 37, §3º, inciso II; e 216, §2º da Constituição da República, bem como pela Lei Nacional nº 12.527/2011;

CONSIDERANDO a política de informação e transparência que determina as ações do Poder Executivo do Município de Niterói, disciplinada pela Lei Municipal nº 3.084, de 21 de maio de 2014; e
CONSIDERANDO o compromisso do Poder Executivo de adequar os mecanismos internos

às normas autoaplicáveis da legislação supracitada, para que o cidadão possa exercer o seu direito de receber informações sobre a Administração Pública, ressalvando-se as hipóteses de sigilo legalmente previstas,

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com o objetivo de garantir o acesso à informação, nos termos da

legislação vigente.

Parágrafo único. Somente se submetem aos prazos previstos neste Decreto os pedidos de informações abrangidos pela Lei Nacional nº 12.527/2011 e pela Lei Municipal nº $^{\circ}$

Art. 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, observando-se os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na legislação vigente.

§1º Submetem-se à determinação prevista no caput, no que couber, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenção social, termo de parceria, convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere.

§2º A prestação de informações pelas entidades previstas no §1º restringe-se à parcela e à destinação dos recursos públicos recebidos.

Art. 3º O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante:

I - a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - a divulgação de informações de interesse público, independente de solicitação; III - a utilização de meios de comunicação oferecidos pela tecnologia da informação

IV - o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública: e

V - o incentivo ao desenvolvimento do controle social da Administração Pública Art. 4º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e a transmissão de conhecimento, contidos em qualquer mejo, suporte ou formato:

II - dados processados: dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da III - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o

IV - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

- VI tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, à recepção, à classificação, à utilização, ao acesso, à reprodução, ao transporte, à transmissão, à distribuição, ao arquivamento, ao armazenamento, à eliminação, à avaliação, à destinação ou ao controle da informação;
- VII disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizado
- VIII autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao
- trânsito e ao destino;
- X primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de
- detalhamento possível, sem modificações; XI informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e
- XII documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

 Art. 5º Ficam assegurados ao cidadão, entre outros, os direitos de obter:

- I orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- II informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados, por seus órgãos ou entidades recolhidos ou não a arquivos públicos:
- III informação produzida ou custodiada por pessoa natural ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo iá tenha cessado, respeitado o art. 2º, §2º, deste Decreto;
- IV informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
 V informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços:
- VI informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos;

VII - informação relativa:

- a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; e
- b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exerc
- VIII informação sobre a remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, ressalvado o sigilo dos descontos de natureza pessoal, como pensões alimentícias e empréstimos consignados em folha de pagamento
- §1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos e tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município.
- §2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com
- ocultação da parte sob sigilo. §3º O direito de acesso aos documentos utilizados como fundamento de atos
- administrativos será assegurado quando da edição do respectivo ato decisório.

 Art. 6º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, gravação de mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Nacional nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 7º É dever do órgão ou entidade promover, independentemente de requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de sua competência, de informação geral de interesse coletivo por ele produzida ou custodiada.

Art. 8º Os entes descrito no caput do art. 1º deverão gerir e manter página na rede mundial de computadores (internet), sob a denominação de "Portal da Transparência", que poderá ser acessado por qualquer pessoa, mediante atalho eletrônico (link), representado por imagem (banner), na página inicial do respectivo sítio (site), contendo a nomenclatura do

- §1º O "Portal da Transparência" deverá viabilizar o acesso à informação, contendo:
- I registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

- IV informações concernentes a todos os procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do Poder
- VI respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; VII contato da autoridade de monitoramento de cada órgão ou entidade, designada nos termos do artigo 49 da Lei Municipal nº 3.084/2014;
- VIII informações nominais de todos os servidores municipais da administração direta e indireta, contendo seu enquadramento funcional, lotação, remuneração, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas custeadas com recursos públicos, ressalvando-se o sigilo quanto aos descontos de natureza estritamente pessoal, tais como pensões alimentícias e empréstimos consignados.
- §2º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.
- §3º A divulgação das informações previstas no §1º deste artigo não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação, inclusive pelos meios não eletrônicos previstos no art. 7º deste Decreto.
- Art. 9º Os sítios oficiais referidos no artigo anterior deverão atender aos seguintes
- l conter redirecionamento para a página eletrônica do Sistema de Informações ao Cidadão (e-sic), ou, na impossibilidade de sua utilização, formulário para pedido de acesso à informação:
- II conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão:
- III possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das
- IV possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos,
- estruturados e legíveis por máquina; V divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; VII - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VIII indicar instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e

IX - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I Do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Art. 10 O Poder Público implementará, por meio de ação da Ouvidoria Municipal, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, visando a:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II - receber e registrar documentos e pedidos de acesso a informações; e III - informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades.

Parágrafo único. Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso à informação; II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo

fornecimento da informação.

Art. 11. O Serviço de Ínformações ao Cidadão - SIC será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público, sendo facultada a instalação de SIC único compartilhado por órgãos e entidades localizadas no mesmo endereço.

Parágrafo único. Nas unidades descentralizadas em que não houver SIC será oferecido serviço de recebimento e registro dos pedidos de acesso à informação.

Art. 12. Durante o período de implantação do SIC nos termos do artigo anterior, todas as suas atribuições serão realizadas pela Ouvidoria Municipal, inclusive o recebimento dos pedidos apresentados nos termos dos artigos 13, §1º e 17 deste Decreto.

Do Pedido De Acesso

Art. 13. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§1º O pedido será apresentado em formulário padrão (anexos 1 e 2), que será disponibilizado, em meio eletrônico e físico, no sítio eletrônico do "Portal da Transparência"

§2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC. §3º Os pedidos de acesso à informação poderão ser feitos por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, sempre dirigidos ao SIC, e desde que atendidos os requisitos do art. 14, hipótese em que será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e com a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 14. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento da informação

Art. 15. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 16. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação, ressalvada a exigência de declarar a finalidade e a destinação quando da solicitação de informações pessoais, nos termos do artigo 49 deste Decreto.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 17. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§1º Caso não seja possível o acesso imediato, o Poder Público deverá, no prazo de 20 (vinte) dias:

l - enviar a informação ao endereço eletrônico ou físico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução, gravação de mídia digital ou obter certidão relativa à informação;
III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua

existência:

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou

que a detenha; ou V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§2º Não havendo indicação expressa da forma como o requerente deseja obter a informação, esta será disponibilizada por meio eletrônico.

§3º Havendo solicitação de resposta pessoal, o órgão ou a entidade acionará o SIC para contatar o requerente e agendar data e hora para disponibilização, no local onde foi realizado o pedido de acesso.

§4º Não comparecendo o requerente na data pré-agendada, o SIC deverá arquivar o

pedido. §5º Quando a informação estiver contida em documento cuja manipulação possa prejudicar a sua integridade, deverá ser fornecida cópia com certificação de que esta confere com o original.

§6º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o §5º deste artigo, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Nas hipóteses em que o pedido de acesso à informação demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação ou sua integridade, será adotada a medida prevista no inciso II do §1º deste artigo.

Art. 18. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias, nos termos do artigo 24, §2º, inciso I, deste Decreto. Art. 19. Caso a informação esteja disponível ao público em meio de acesso universal, o

requerente deverá receber orientação quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação. Parágrafo único. Na hipótese do caput, o Poder Público desobriga-se do fornecimento

direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação. Art. 20. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo

de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal:

- possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

 III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§1º As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§2º Deverá ser disponibilizado ao requerente formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação (anexos 3, 4, 5 e 6).

§3º É direito do requerente obter o inteiro teor da negativa de acesso por certidão ou cópia. Seção IV

Do Fluxo Interno de Tramitação dos Pedidos (Anexo 7)

Art. 21. Aplicar-se-á o procedimento de tramitação previsto nesta Seção sempre que houver solicitação de resposta pessoal, nos termos do artigo 16, §3º, da Lei Municipal nº 3 084/2014

Parágrafo único. Havendo solicitação de resposta eletrônica, aplicar-se-á as disposições previstas no artigo 26 deste Decreto.

Art. 22. Protocolizado o pedido de acesso à informação nos termos do artigo 17 deste Decreto, e não sendo possível a resposta imediata dos artigos 17, *caput*, e 19, deste Decreto, o SIC deverá registrar a solicitação no sistema e encaminha-la à unidade responsável pela produção e custódia da informação. **Parágrafo único.** As providências referidas no *caput* deverão ser adotadas pelo SIC no

prazo máximo de 4 (quatro) dias contados da protocolização do pedido.

Art. 23. Recebida a solicitação pela unidade responsável, esta deverá elaborar a resposta

e encaminhá-la, conjuntamente com a solicitação, à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle - SEPLAG, até o décimo quinto dia posterior à

protocolização do pedido. §1º Caso a SEPLAG já tenha analisado o fornecimento de informações em casos idênticos, a unidade responsável poderá elaborar a resposta e encaminhá-la diretamente ao SIC para resposta ao cidadão.

§2º Adotada a providência prevista no parágrafo anterior, notificar-se-á a SEPLAG da solicitação e de seu conteúdo para incorporação às estatísticas da transparência.

Art. 24. A SEPLAG ficará responsável em analisar a conformidade da resposta com a legislação e com a solicitação, o que deverá ser feito até o décimo nono dia após a

protocolização do pedido. §1º Caso a resposta esteja em conformidade com a legislação e com a solicitação, a SEPLAG encaminhará o processo com as informações ao SIC, para que este responda ao

§2º Caso seja constatada desconformidade com a legislação ou com a solicitação, a

I - encaminhar justificativa de prorrogação de prazo ao SIC, para que este notifique o

II – encaminhar os autos à unidade responsável pela informação para correção da resposta de acordo com as recomendações.

§3º Havendo endereço eletrônico fornecido pelo solicitante nos autos, a SEPLAG poderá encaminhar a justificativa de prorrogação diretamente ao cidadão, dispe providência prevista no §2°, inciso I, deste artigo.

Art. 25. Recebidos os autos pela unidade responsável nos termos do §2º, inciso II, do artigo anterior, esta terá até o vigésimo quinto dia após a protocolização do pedido para correção da resposta e encaminhamento à SEPLAG para nova análise de conformidade.

§1º Verificando-se que foram sanados os vícios de desconformidade anteriormente verificados, a SEPLAG encaminhará os autos ao SIC para resposta ao solicitante, o que deverá ser feito até o vigésimo nono dia após a protocolização do pedido

§2º Verificando-se que a resposta elaborada pela unidade responsável continua em desconformidade com a legislação e com a solicitação, a SEPLAG comunicará ao SIC para que este elabore resposta negativa ao solicitante, sem prejuízo do fornecimento da informação solicitada posteriormente.

§3º Verificada a situação prevista no parágrafo anterior, a SEPLAG solicitará instauração de sindicância para apurar responsabilidade disciplinar de quem tenha dado causa ao

descumprimento da Lei de Acesso à Informação. §4º A resposta negativa mencionada no §2º deste artigo não se confunde com a negativa de resposta sob fundamento de ser sigilosa a informação, caso em que será observado o artigo 20 deste Decreto.

Art. 26. Havendo solicitação de resposta por meio eletrônico, esta poderá ser fornecida:
 I – pela unidade responsável pela informação, nos termos do art. 16, §1º, da Lei Municipal

nº 3.084/2014, caso haja precedentes semelhantes em que a SEPLAG tenha analisado a conformidade do fornecimento da informação com a legislação;

II - pela SEPLAG, após a verificação positiva de conformidade com a legislação e solicitação, nos demais casos.

Seção V Dos Recursos

Art. 27. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado de sua apresentação

§1º Considera-se adotada a decisão pela autoridade responsável pela elaboração da resposta, integrante da unidade referida no art. 23 deste Decreto.

§2º Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

Art. 28. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação (anexos 8 e 9), no prazo de dez dias, à autoridade de monitoramento de que trata o art. 49 da Lei Municipal nº 3.084/2014, devendo esta se

manifestar em cinco dias contados do recebimento da reclamação. §1º O prazo para apresentar a reclamação por omissão começará trinta dias após a apresentação do pedido de acesso à informação, quando se encerra o prazo para conclusão do procedimento de que trata a Seção anterior deste Decreto.

§2º A autoridade máxima de cada órgão ou entidade poderá designar autoridade diversa para recebimento e apreciação da reclamação de que trata o caput deste artigo, desde que esta lhe seia diretamente subordinada.

Art. 29. Desprovido o recurso de que trata o parágrafo único do art. 27, ou infrutífera a reclamação de que trata o art. 28, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à Secretaria Executiva, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contado do recebimento do recurso.

§1º O recurso será apresentado no formulário padrão previsto nos anexos 3 e 4 deste Decreto.

§2º A Secretaria Executiva poderá solicitar que o órgão ou a entidade que tenha negado a informação preste esclarecimentos

§3º Provido o recurso, a Secretaria Executiva encaminhará ofício ao órgão ou à entidade para cumprimento da decisão.

CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 30. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 31. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito

l - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

- II prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VI prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII pór em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades municipais, nacionais ou estrangeiras, e seus familiares; ou
- VIII comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.
- Art. 32. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:
- I ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;
- II secreta: 15 (quinze) anos: e
- III reservada: 5 (cinco) anos.
- § 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito e do Vice-Prefeito, e de seus respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso
- § 3º Alternativamente aos prazos previstos no §1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
- § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
- § 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível,
- I a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e
- II o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.
- Art. 33. No âmbito do Poder Executivo, a classificação de informação é de competência:
- I no grau ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Prefeito:
- b) Vice-Prefeito
- c) Secretário Municipal ou autoridade equivalente:
- II no grau de secreto:
 a) das autoridades referidas no inciso I deste artigo;
- b) dos titulares de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III no grau de reservado:
- a) das autoridades referidas nos incisos I e II deste artigo; b) das autoridades que exercam funções de subsecretário ou de hierarquia equivalente.
- §1º É vedado delegar a competência de classificação nos graus de sigilo ultrassecreto ou secreto. §2º O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá delegar a competência para classificação no grau reservado a agente público que exerça função de direção, comando
- ou chefia, vedada a subdelegação. §3º Os agentes públicos referidos no §2º deste artigo deverão dar ciência do ato de classificação à autoridade delegante, no prazo de 30 (trinta) dias.

Seção III

- Do Procedimento para Classificação de Informação

 Art. 34. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação - TCI em anexo a este Decreto (anexo 10), e conterá, no mínimo:
- l código de indexação de documento;
- II grau de sigilo;
- III categoria na qual se enquadra a informação;
- IV tipo de documento;
- V data da produção do documento;
- VI indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;
- VII razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 31; VIII indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que
- defina o seu termo final, em consonância com os limites previstos no §1º do art. 32; IX - data da classificação; e
- X identificação da autoridade que classificou a informação.
 Parágrafo único. As informações previstas no inciso VII deste artigo deverão ser mantidas
- no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.
- Art. 35. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Seção IV Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

- Art. 36. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo, devendo ser observado, além do disposto no \$5° do art. 32. o seguinte:
- I o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no §1º do art. 32;
- II a permanência das razões da classificação; III a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação:
- IV a peculiaridade das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos. Art. 37. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser
- apresentado aos órgãos e entidades independente de existir prévio pedido de acesso à informação. Parágrafo único. O pedido de que trata o caput será enderecado à autoridade
- ficadora, que decidirá no prazo de trinta dias. Art. 38. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela autoridade classificadora, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, ao Secretário Municipal ou à autoridade com as mesmas
- prerrogativas, que decidirá no prazo de trinta dias. §1º Nos casos em que a autoridade classificadora esteja vinculada a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista, o recurso será apresentado ao seu dirigente máximo.
- §2º O recurso previsto no *caput* deste artigo será apresentado em formulário padrão, conforme previsto nos anexos 11 e 12 deste Decreto.

Seção V

Do Tratamento das Informações Sigilosas

Art. 39. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, que serão devidamente credenciadas pelo Poder Público, sem prejuízo das atribuições de agentes públicos autorizados por lei.

Art. 40. As autoridades municipais adotarão, no âmbito de seus respectivos Poderes, as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado conheça as normas e observe as medidas e os procedimentos de segurança para tratamento de informações

Classificadas em qualquer grau de sigillo.

Parágrafo único. A pessoa natural ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou

- representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações. **Art. 41.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (SEPLAG), no exercício da atribuição prevista no art. 24 deste Decreto, manterá base de dados com estatísticas referentes às solicitações de acesso à informação, para consolidação e publicação do relatório previsto no art. 37 da Lei Municipal nº 3.084/2014
- Art. 42. O relatório previsto no artigo anterior será publicado anualmente, até o dia 1º de maio, em sítio oficial na Internet, contendo, no mínimo, os seguintes dados: I - rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;
- II rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, o qual deverá conter:
- a) código de indexação de documento;
- b) categoria na qual se enquadra a informação:
- c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e
- d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação:
- III relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos: e
- IV informações estatísticas agregadas dos requerentes

Secão VI Das Informações Pessoais

Art. 43. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

- I terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção: e
- II poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações de que trata o caput esteja morto ou ausente, os direitos de que dispõe este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei Nacional nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei Nacional nº 9.278, de 10 de maio de

Art. 44. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais

Art. 45. O consentimento referido no inciso II do art. 43 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

- I à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;
- II à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;
- III ao cumprimento de decisão judicial; IV à defesa de direitos humanos de terceiros; ou
- V à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 46. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 43 não poderá ser

- I com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo
- Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; II quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de
- documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância; ou III com o intuito de não fornecer informações nominais sobre remuneração, gratificação, enquadramento funcional, lotação e outras informações referentes às suas atribuições funcionais, respeitado os termos do art. 5°, inciso VIII, deste Decreto.
- Art. 47. O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá, de ofício ou mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese do inciso II do art. 46, de forma fundamentada, sobre documentos que tenha produzido ou acumulado, e que estejam sob
- sua guarda. §1º Para subsidiar a decisão de reconhecimento de que trata o caput, o órgão ou entidade poderá solicitar a universidades, instituições de pesquisa ou outras entidades com notória experiência em pesquisa historiográfica a emissão de parecer sobre a questão
- §2º A decisão de reconhecimento de que trata o caput será precedida de publicação de extrato da informação, com descrição resumida do assunto, origem e período do conjunto de documentos a serem considerados de acesso irrestrito, com antecedência mínima de trinta dias.
- §3º Após a decisão de reconhecimento de que trata o §2º deste artigo, os documentos
- serão considerados de acesso irrestrito ao público.

 Art. 48. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo III deste Decreto e estará condicionado à comprovação da identidade do

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

- I comprovação do consentimento expresso de que trata o art. 43, inc. II, por meio de
- procuração; II - comprovação das hipóteses previstas no art. 45:
- III demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no art. 47: ou
- IV demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos
- direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

 Art. 49. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de termo de responsabilidade (anexo 13), que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.
- §1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa
- §2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.
- **Art. 50.** Aplica-se, no que couber, a Lei Nacional nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

- Art. 51. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:
- I recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua quarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

- III agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;
- IV divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
- V impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
- VI ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
- VII destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes públicos dos entes estatais.
- § 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as
- ondutas descritas no caput serão consideradas:

 I para fins do disposto na Lei Municipal nº 531/1985 e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.
- § 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nos 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992, e previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de
- Art. 52. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:
- I advertência:
- III rescisão do vínculo com o poder público:
- IV suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- V declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até
- que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. § 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo
- § 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.
- § 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista. **Art. 53.** De acordo com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, os órgãos e
- entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa,

assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.54. Os órgãos e entidades deverão reavaliar as informações classificadas no grau

ultrassecreto e secreto no prazo previsto no art. 53 da Lei Municipal nº 3.084/2014.

Art.55. O tratamento de informação classificada resultante de tratados, acordos ou atos

internacionais atenderá às normas e recomendações desses instrumentos. Art. 56. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL E RODRIGO NEVES- PREFEIT	~	o de 2014.
Formulário padrão para p	ANEXO 1 edido de acesso à informaçã §1º, deste Decreto	io (pessoa natural) – art. 13,
Dados do requerente - obriga		
Nome:		
CPF:		
Endereço físico:		
Cidade:	Estado:	
CEP:		
Endereço eletrônico (e-mail):		
Dados do requerente - não o	brigatórios	
	obrigatórios serão utilizados	apenas de forma agregada e
para fins estatísticos.		
Telefone (DDD + número):()()
Endereço eletrônico (e-mail):		
Sexo: Masculino Fem		
Data de nascimento:/_	/	
Escolaridade (completa)		
Sem instrução formal	Ensino fundamental	Ensino Médio
Ensino superior	Pós-graduação	Mestrado/Doutorado
Ocupação principal		
Empregado - setor privado	Profis. Liberal/autônomo	Empresário/empreendedor
Jornalista	Pesquisador	Servidor público federal
Estudante	Professor	Servidor público estadual
Membro de partido	Membro de ONG	Servidor público municipal
	acional	Corvidor pasileo mailiolpai
Representante de	Membro de ONG internaciona	al
sindicato		
Outras	Nenhuma	
Especificação do pedido de Órgão/Entidade Destinatário(
Forma preferencial de recel	pimento da resposta:	
Correspondência	Correspondência física	Buscar/Consultar
eletrônica (e-mail)	(com custo)	pessoalmente
Especificação do pedido:		
	 	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

(local e data)		
(assinatura do requerente)	ANEXO 2	
Formulário padrão para po	edido de acesso à informação §1º, deste Decreto	(pessoa jurídica) – art. 13,
Dados do requerente - obrig Razão Social:	gatórios	
Nome do representante:		
Cargo do representante: Endereço físico:		
Cidade: CEP:	Estado:	
Endereço eletrônico (e-mail): Dados do requerente- não o ATENÇÃO: Os dados não o para fins estatísticos.	obrigatórios serão utilizados a	
Telefone (DDD + número):(Endereço eletrônico (e-mail):)()	
Tipo de instituição Empresa - PME	Órgão público federal	Dartido político
Empresa – grande porte	Órgão público	
Empresa pública/estatal	estadual/DF Órgão público municipal	Sindicato / Conselho profis.
Escritório de advocacia Instituição de ensino e/ou p Área de atuação	Org. Não Governamental esquisa	Outros
Comércio e serviços	Governo	Imprensa
Indústria Extrativismo	Jurídica/Política Representação de	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor
Agronegócios	terceiros Represent. sociedade civil	Outros
Especificação do pedido de Órgão/Entidade		do Pedido:
Forma preferencial de receb Correspondência eletrônica (e-mail)		Buscar/Consultar pessoalmente
Descrição do pedido:		
		
		
(local e data)		
(assinatura do representante		
Formulário padrão para	ANEXO 3 recurso (pessoa natural) – art	. 20, §2°, e art. 29, deste
Dados do requerente	Decreto	
Nome:CPF:		
Endereço físico*:		
Cidade*: CEP*:	Estado*:	
Endereço eletrônico (e-mail)*:)()	
	e mudança ou imprecisão dos da áo original	
Número do protocolo*:		
Data do pedido: Data da resposta:		
* informação é obrigatória Recurso		
Instância do recurso:		
1ª instância – Autoridade superior à que proferiu a decisão	2ª instância – Autoridade máxima do órgão/entidade	
Motivo do recurso: Ausência de justificativa leg Autoridade classificadora na Data da classificação (início	informada	
Grau de classificação inexis Grau de sigilo não informad Informação classificada por Informação recebida não fo Informação recebida por me Justificativa para o sigilo ins	o autoridade sem competência i a solicitada eio diferente do solicitado	
	equado para o grau de sigilo	

__

(local e data)		
(assinatura do requerente)		
, ,	ANEXO 4	
Formulário padrão para	recurso (pessoa jurídica) – a Decreto	rt. 20, §2°, e art. 29, deste
Nome do representante*:		
Cargo do representante		
Endereço físico: Cidade*:	Estado*:	
CED*.		1
Endereço)((e-mail)*:
* Informar apenas em caso de pedido de acesso à informaçã		lados cadastrais informados no
Dados do pedido de acesso	à informação original	
Número do protocolo*:	a iiiioiiiiação original	
* informação é obrigatória		
Recurso Instância do recurso:		
1ª instância - Autoridade	2ª instância –	3ª instância - Secretaria
superior à que proferiu a decisão	Autoridade máxima do órgão/entidade	Executiva
Motivo do recurso:		
Ausência de justificativa leg Autoridade classificadora na		
Data da classificação (início		
Grau de classificação inexis		
Grau de sigilo não informad Informação classificada por	autoridade sem competência	
Informação incompleta		
Informação recebida não foi Informação recebida por me		
Justificativa para o sigilo ins		
	equado para o grau de sigilo	
Outros Justificativa do recurso:		
•		
		
(local e data)		
(assinatura do representante	do requerente)	
Formulário padrão para p	ANEXO 5 edido de desclassificação (pe deste Decreto	essoa natural) – art. 20, §2º,
Objetivo do Pedido:	deste Decreto	
Desclassificação	Redução do Pra	azo de Sigilo
Dados do requerente - obrig Nome:	gatórios	
CPF:	 brigatórios	
		apenas de forma agregada e
Sexo: Feminino	Masculino	
Data de nascimento:/_ Telefone (DDD + número):()
Escolaridade (completa)		Facine M4 di-
Sem instrução formal Ensino superior	Ensino fundamental Pós-graduação	Ensino Médio Mestrado/Doutorado

Correspondência

Professor S Membro de ONG S nacional Membro de ONG internacional

 Dados do documento

 CIDIC (Código de Indexação de Número de indexação de do documento:
 de Documento que contém Informação do documento:
 Classificada) ou documento:

Pós-graduação Profis. Liberal/autônomo

Pesquisador

Nenhuma

Empresário/empreendedor

Servidor público federal Servidor público estadual Servidor público municipal

Física

Ensino superior
Ocupação principal
Empregado - setor
privado

Estudante
Membro de partido
político
Representante de
sindicato

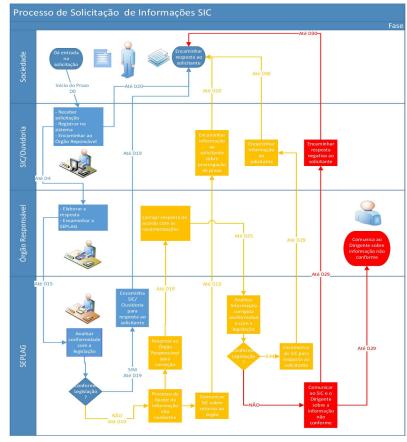
Jornalista

Outras

CEP:		Estado:
Buscar pessoalmente		
Pedido de Desclassificação o	au de Reducão do Prazo de Sicilo	
Motivos do Pedido:		
Ausência de fundamento	legal para classificação	
Data de produção do doc		
Data de classificação (inic Grau de classificação ine:		
Grau de sigilo não inform	ado	
Prazo de classificação ina Incompetência da autorid	adequado para o grau de sigilo	
 Existência de obrigação le 	egal de publicidade e divulgação	
	tutela de Direitos Humanos ação de Direitos Humanos por ag	uente(s) do Estado
=	agao ao Bironoo Hamanoo por ag	(o) ao Estado
─ Outro: Explicação do Motivo:		
Data:/	Assinatura:	-
	ANEXO 6	
Dados do requerente - obrigat Razão Social: CNPJ: Nome do representante:		
Cargo do representante:		
Dados do requerente- não obi		
oara fins estatísticos.	brigatórios serão utilizados ap	enas de forma agregada e
Γelefone (DDD + número):(Cidade:)().	
Estado:		
Tipo de instituição	Ánnia mública fadanal	Dantida nalítica
Empresa - PME Empresa -grande porte	Órgão público federal Órgão público	Partido político Veículo de comunicação
	estadual/DF	-
Empresa pública/estatal	Orgão público municipal	Sindicato / Conselho profis.
Escritório de advocacia Instituição de ensino e/ou pe	Org. Não Governamental esquisa	Outros
Área de atuação		
	Governo	Imprensa
Comércio e serviços		
Comércio e serviços Indústria	Jurídica/Política	Pesquisa acadêmica
Comércio e serviços Indústria Extrativismo	Jurídica/Política Representação de terceiros	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios	Jurídica/Política Representação de	Pesquisa acadêmica
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de	Jurídica/Política Representação de terceiros	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Órgão classificador:	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil de Documento que contém Ir indexação de	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros nformação Classificada) ou
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de COMENTO DE PROTECTION DE PROT	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil de Documento que contém la indexação de	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros nformação Classificada) ou do documento:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros nformação Classificada) ou do documento:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros nformação Classificada) ou do documento:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros nformação Classificada) ou do documento:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência Endereço Cidade:	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se Física Físico:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência Endereço Cidade: CEP: Buscar pessoalmente	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém la indexação de Pedido de Acesso à Info imento da resposta sta?	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se Física Físico: Estado:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência Endereço Cidade: CEP: Buscar pessoalmente	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém lr indexação de Pedido de Acesso à Infoimento da resposta	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se Física Físico: Estado:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência Endereço Cidade: CEP: Buscar pessoalmente Padido da Dasclassificação de Motivos do Pedido: Ausência de fundamento	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém Ir indexação de Pedido de Acesso à Info imento da resposta sta?	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se Física Físico: Estado:
Comércio e serviços Indústria Extrativismo Agronegócios Dados do documento CIDIC (Código de Indexação Número de Protocolo do nouver Forma preferencial de receb Como deseja receber a respos Endereço Eletrônico E-mail: Correspondência Endereço Cidade: CEP: Buscar pessoalmente Padido de Desclassificação o Motivos do Pedido:	Jurídica/Política Representação de terceiros Represent. sociedade civil o de Documento que contém Ir indexação de Pedido de Acesso à Info imento da resposta sta?	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor Outros Informação Classificada) ou do documento: Ormação relacionado, se Física Físico: Estado:

Grau de sigilo não informado Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo Incompetência da autoridade classificadora Existência de obrigação legal de publicidade e divulgação Informação necessária à tutela de Direitos Humanos Informação relativa à violação de Direitos Humanos por agente(s) do Estado Outro: Explicação do Motivo:
Patrice () Assistance
Data://

ANEXO 7



Fluxo Interno de Tramitação dos Pedidos – art. 21 e seguintes, deste Decreto ANEXO 8

Reclamação por omissão de resposta (pessoa natural) – art. 28 deste Decreto Dados do requerente Dados do requerente

Nome:

CPF:

Endereço físico*:

Cidade*:

Estado*:

CEP*:

Endereço

eletrônico

flefone (DDD + número)*:(

Informar apenas em caso de mudança ou imprecisão dos dados cadastrais informados no pedido de acesso à informação original

Dados do pedido de acesso à informação original não atendido no prazo

Número do protocolo:

Data do pedido:

* informação é obrigatória

Data:

/ Assinatura:

ANEXO 9 Cargo do representante :

Cargo do representante *:

Endereço físico:

Cidade*:

CEP*:

Telefone (DDD + número)*:(

Endereço eletrônico (e-mail)*: ___Estado*: _____

* Informar apenas em caso de mudança ou imprecisão dos dados cadastra pedido de acesso à informação original	ais informados no
Dados do pedido de acesso à informação original não atendido no pra	azo
Número do protocolo*: Data do pedido:	
* informação é obrigatória Data:/Assinatura:	
ANEXO 10 Termo de Classificação de Informação (TCI) – art. 34 deste D)ecreto
TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
ÓRGÃO/ENTIDADE:	
CÓDIGO DE INDEXAÇÃO: GRAU DE SIGILO:	
CATEGORIA:	
TIPO DE DOCUMENTO:	
DATA DE PRODUÇÃO:	
FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO: RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO:	
(idêntico ao grau de sigilo do documento)	
PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO:	
DATA DE CLASSIFICAÇÃO:	Nomo:
AUTORIDADE CLASSIFICADORA	Nome: Cargo:
DESCLASSIFICAÇÃO em//	Nome:
(quando aplicável)	Cargo:
REDUÇÃO DE PRAZO em//(quando aplicável)	Nome:
PRORROGAÇÃO DE PRAZO em / /	Cargo: Nome:
(quando aplicável)	Cargo:
ASSINATURA DA AUTORIDADE CLASSIFICADORA	
7 CON WITCH CONTROL OF	
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por DESCLASSIFICAÇÃO (quan	ido aplicável)
ACCINATUDA DA AUTODIDADE	· /
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por REDUÇÃO DE PRAZO (quan	ndo aplicavei)
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por PRORROGAÇÃO DE PRAZO	O (quando aplicável)
Objetivo do Recurso: Desclassificação Dados do requerente - obrigatórios Nome: CPF: Dados do requerente - não obrigatórios ATENÇÃO: Os dados não obrigatórios serão utilizados apenas de for para fins estatísticos. Sexo: Feminino Masculino Data de nascimento: I / Telefone (DDD + número):() / Cidade: Estado: Escolaridade (completa) Sem instrução formal Ensino fundamental Ensino Médie Ensino superior Pós-graduação Mestrado/Do Ocupação principal Empregado - setor Profis. Liberal/autônomo Empresário/er privado Jornalista Pesquisador Servidor públie Estudante Professor Servidor públie Dificio nacional Membro de partido Membro de ONG Servidor públie nacional Representante de Membro de ONG internacional Servidor Outras Nenhuma	o outorado mpreendedor ico federal ico estadual
Dados do documento CIDIC (Código de Indexação de Documento que contém Informação Número de indexação de do	Classificada) ou documento:
houver Forma preferencial de recebimento da resposta Como deseja receber a resposta? Endereço Eletrônico E-mail:	relacionado, se
Correspondência Física Endereço Cidade: CEP:	Físico: Estado:
Buscar	pessoalmente
Recurso	
Motivos do Recurso: Ausência de fundamento legal para classificação Data de produção do documento não informada Data de classificação (inicio/fim) não informada Grau de classificação inexistente Grau de sigilo não informado Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo	

Incompetência da autorida	de classificadora	
Existência de obrigação le	gal de publicidade e divulgação	0
Informação necessária à tu Informação relativa à violado	utela de Direitos Humanos ção de Direitos Humanos por a	agente(s) do Estado
Outro:		
Explicação do Motivo:		
Data:/ Assina	atura:	
Recurso em procedimento de	desclassificação ou reavali	ação (pessoa jurídica) – art.
Objetivo do Recurso:	38 deste Decreto	
Desclassificação	Redução do Praz	zo de Sigilo
Dados do requerente - obriga		
Nome do representante: Cargo do representante:		
Dados do requerente – não obri ATENÇÃO: Os dados não ob		nonae do forma agragada o
para fins estatísticos.		
Telefone (DDD + número):() Cidade:	()	Estado:
Tipo de instituição Empresa - PME	Órgão público federal	Partido político
Empresa – grande porte		Partido político Veículo de comunicação
Empresa pública/estatal	estadual/DF Órgão público municipal	Sindicato / Conselho profis.
Escritório de advocacia Instituição de ensino e/ou pes Área de atuação	Org. Não Governamental quisa	Outros
Comércio e serviços	Governo	Imprensa
Indústria Extrativismo	Jurídica/Política Representação de	Pesquisa acadêmica Terceiro Setor
Agronegócios	terceiros Represent. sociedade civil	Outros
Dados do documento CIDIC (Código de Indexação	·	
Número de indexação de	do documento:	
Orgão classificador: Número de Protocolo do	Pedido de Acesso à la	nformação relacionado, se
houver Forma preferencial de recebir	mento da resposta	
Como deseja receber a respost Endereço Eletrônio	a?	
E-mail:		
Correspondência		Física
Endereço		
Físico: Cidade:		
Estado: CEP:		
		nagaalmanta
Buscar		pessoalmente
Motivos do Recurso: Ausência de fundamento le	egal para classificação	
Data de produção do docu Data de classificação (inici		
Grau de classificação inexi	stente	
	dequado para o grau de sigilo	
Incompetência da autorida Existência de obrigação le	de classificadora gal de publicidade e divulgação	0
Informação necessária à tu		
Outro:		ago.no(o) do Lotado
Explicação do Motivo:		

ANEXO 13

Termo de Responsabilidade - art. 49 deste Decreto TERMO DE RESPONSABILIDADE Nome complete RG CPF Declaro, sob as penas da Lei, que é de minha inteira responsabilidade o acesso à cópia do , nos termos do art. 44 da Lei nº 3.084, de 21 de maio de 2014, abaixo transcrito, e certificado que a utilização do referido documento tem como finalidade e destinação:

"Art. 44. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

\$1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa. §2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por

seu uso indevido, na forma da Lei."

(local e data)

(Assinatura do requerente)

DECRETO N° 11743/2014

Dispõe sobre a Composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Niterói, e, CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.936/11,

DECRETA:

Art. 1º - Consideram nomeados, a contar de 01 de outubro de 2014, os seguintes membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infração 01 e 02:

- Márcia Regina Pires de Moraes (membro titular Presidente);
- Vera Abreu Rosa da Costa (membro titular);
- Clézio de Menezes (membro titular);
- Márcio Ribeiro Alves de Faria (membro suplente)

JARI 02:

- Marcos Daflon Correa (membro titular Presidente);
- Márcio da Silva Almeida (membro titular):
- Tiago Noronha Leite (membro titular);
- Nilton Ramos Barbosa (membro suplente).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 23 DE OUTUBRO DE 2014.

RODRIGO NEVES- PREFEITO

DECRETO N° 11744/2014

Cria o **Programa Niterói Mais Verde** (Parque Municipal de Niterói – PARNIT, e o Sistema Municipal de Áreas de Proteção Ambiental – SIMAPA) e dá outras providências. **O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o dever do Poder Público e da coletividade em defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, definindo espaços territoriais a serem preservados, conforme disposição do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil e do artigo 261 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a Mata Atlântica é patrimônio nacional, cuja utilização é vinculada à lei, conforme o disposto no § 4° do artigo 225 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que o Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012) define como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais e nas restingas, como fixadoras de dunas, manguezais em toda a sua extensão, áreas no entorno das nascente e dos olhos d'áqua perenes e nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive

Considerando que a Lei da Mata Atlântica e seu regulamento (Lei Federal 11.428/2006 e Decreto Federal 6.660/2008) impõe severas restrições para remoção de florestas primárias e secundárias nos estágios médio e avançado de regeneração;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 140/2011 e sua regulamentação estadual através da Resolução CONEMA n°42/2012 dispõem sobre as atribuições municipais no

licenciamento ambiental e manejo de florestas; CONSIDERANDO que a Zona Costeira, nos termos do § 4º, art. 225 da Constituição Federal, é patrimônio nacional e que sua utilização deve se dar de modo sustentável e em consonância com os critérios previstos na Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988;

CONSIDERANDO que Zona Costeira é conceituada como sendo o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, sendo considerada bem de uso comum do povo segundo os artigos 2° e 3° da Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; CONSIDERANDO que a Constituição Estadual classifica as praias, costões rochosos e

manguezais como áreas de preservação permanente (art. 268, I, II); CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 10 da Lei 7.661 de 16/5/88, as praias são "bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação

CONSIDERANDO que o art. 44 da Lei Federal nº 9.985 de 18/07/00 determina que "as ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental

CONSIDERANDO que as ilhas são recursos vitais para a economia de Niterói devido a atratividade turística, sendo, portanto imprescindíveis a manutenção da integridade considerando que os recursos naturais marinhos são bens públicos a serem

protegidos visando sua manutenção para a geração atual e para as gerações futuras; CONSIDERANDO que as áreas que abrigam espécies ameaçadas de extinção, exemplares raros de fauna e da flora e áreas de interesse arqueológico, histórico paisagístico e cultural são áreas de preservação permanente, de acordo com o art. 268 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO as belezas cênicas espetaculares, o potencial turístico e a importância da biodiversidade das áreas naturais de Niterói;

CONSIDERANDO que os parques são unidades de conservação de proteção integral, que têm como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, segundo os artigos 11 e 22 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

CONSIDERANDO que as Áreas de Proteção Ambiental como unidades de conservação de uso sustentável, têm como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, podendo ser constituída por terras públicas ou privadas, segundo o artigo 15 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

CONSIDERANDO que o SIMAPA compõe-se de áreas localizadas em região que apresenta histórico de eventos de susceptibilidade geomorfológica, e deste modo, necessita de uma abordagem sistêmica de recuperação de áreas atingidas por desastres, no que tange a adoção de medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco, priorizando assim, a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme aponta lei a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDE, Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO que o artigo 26 da Lei Federal de nº 9985/2000 e o Capítulo III do Decreto 4340/2002, que apontam a possibilidade de manejo integrado de unidades de conservação com categorias distintas ou não, em que apresentam justaposição, sobreposição ou são próximas, e, independente do domínio, através da gestão por mosaicos:

CONSIDERANDO o artigo 26 da Lei Federal de nº 9985/2000 e o Capítulo III do Decreto 4340/2002, sobre a gestão de mosaicos de unidades de conservação "de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privada";

CONSIDERANDO as disposições do art. 6º da Lei Municipal 1967/2002 e do art. 27 da Lei Municipal 1968/2002:

CONSIDERANDO as disposições dos arts. 49, 50, 51, e 52 da Lei Municipal 2602/2008;

CONSIDERANDO que Parque é um empreendimento público fundamental para o desenvolvimento de Niterói, assegurando espaço público para o lazer, a recreação e a

manutenção da biodiversidade para as atuais e futuras gerações;

CONSIDERANDO que o PARNIT integra-se ao mosaico de unidades de conservação compreendido pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca e pela RESEX Itaipu.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, nos termos dos artigos 11 e 14 da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e em seus regulamentos, em consonância com os arts. 42, II e III da lei Municipal 1157/1992, o Programa Niterói Mais Verde composto pelo conjunto de áreas protegidas denominados: PARNIT – Parque Municipal – unidade de conservação de proteção integral, e pelo SIMAPA – Área de Proteção Ambiental – unidade de conservação de uso sustentável.

§ 1º - Os limites do Programa Niterói Mais Verde encontram-se descritos no Anexo I, discriminando o PARNIT e o SIMAPA e representados pelos mapas dos Anexos II, III, IV e

\$\frac{5}{2}^{\text{o}}\$ - As terras, as florestas, a fauna, os ecossistemas terrestres e aquáticos e as belezas naturais constituídas da área abrangida pelo PARNIT e SIMAPA ficarão sujeitas às disposições estabelecidas nesta lei.

§ 3º - Os mapas com os limites dos setores e áreas do Programa Niterói Mais Verde, com a delimitação por pontos e correspondentes coordenadas UTM, encontram-se arquivados na Secretaria de Urbanismo e Mobilidade do Município de Niterói, na Biblioteca Pública Municipal, na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, bem como nos Cartórios de Registro de Imóveis

como nos Cartórios de Registro de Imóveis.

Art. 2º - O espaço territorial do PARNIT compreenderá 03 (três) setores:

I - Setor Guanabara: incorpora a Ilha da Boa Viagem, a Ilha dos Cardos, a Pedra de Itapuca, a Pedra do Índio e as cavernas existentes próximas ao Museu de Arte Contemporânea de Niterói (representado em mapa no anexo II);

II - Setor Montanha da Viração: incorpora o Morro do Cantagalo, o Morro da Viração, o

II - Setor Montanha da Viração: incorpora o Morro do Cantagalo, o Morro da Viração, o Morro do Imbuí, a Ilha dos Amores e a Ilha das Duas Irmãs (representado em mapa no anexo III):

III - Setor Costeiro/Lagunar: incorpora a Ilha do Veado, o afloramento rochoso Ponta da Galheta (também conhecido como Pedra da Baleia), a Praia do Sossego e a Laguna de Piratininga (representado em mapa no anexo IV).

Piratininga (representado em mapa no anexo IV).

Art. 3º - O espaço territorial SIMAPA (representado em mapa no anexo V) compreende áreas de 04 (quatro) categorias estabelecidas no zoneamento ambiental do Plano Urbanístico da Região Norte, Lei Municipal nº 2233/2005, que permanecerão os mesmos até a formação do Conselho, elaboração e publicação do plano de manejo. São eles: I – Área de Especial Interesse Ambiental: Morro do Castro;

II - Zona de Recuperação Ambiental (ZRA): Vale da Boa Esperança 1; Vale da Boa Esperança 2; Morro Teixeira de Freitas – Ladeira do Castro; Rua Artur Pereira da Mota; Morro do Querosene 1; Morro do Querosene 2; Morro São Feliciano; Morro do Saraiva; Morro do Céu; Morro do Holofote; Morro Boa Vista; Florália e Av. 22 de Novembro;

III- Zona de Restrição à Ocupação Urbana (ZROU): Vila Maria; Vale Boa Esperança; Rua Artur Pereira da Mota 1; Rua Artur Pereira da Mota 2; Morro do Querosene; Morro do Céu 1; Morro do Céu 2; Morro do Castro; Morro da Rádio Relógio Federal 1; Morro da Rádio Relógio Federal 2; Morro da Antena da Embratel 1; Morro da Antena da Embratel 2; Morro da Antena da Embratel 3; Morro da Antena da Embratel 3; Morro da Antena da Embratel 4; Ladeira do Castro; Estrada Bento Pestana; Rua 5 de Março; Rua Teixeira de Freitas;

IV – Área de Preservação Permanente: Morro da Antena da Embratel/Vila Maria; Morro do Céu; Morro da Rádio Relógio Federal; Morro do Querosene e Ilha Manoel João.

Art. 4º - A implantação e operação do Programa Niterói Mais Verde será realizada com base na legislação federal, estadual e municipal, no plano de manejo e na legislação orcamentária do Município.

Parágrafo único. Entende-se como plano de manejo o documento gerencial que estabelece o zoneamento, as normas e os programas de implantação das áreas descritas nos anexos, devendo ser revisto a cada dez anos.

Art. 5° - O Programa Niterói Mais Verde tem por objetivos

- Valorizar o município, permitindo o desenvolvimento do turismo e a geração de emprego e renda:
- emprego e renda;
 II. Tornar as distintas áreas patrimônios públicos inalienáveis;
- III. Proteger paisagens de rara beleza, inclusive aquelas declaradas pela UNESCO em 2012 como Sítio do Patrimônio Cultural da Humanidade "Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar";
- IV. Instituir modelo de gestão das áreas verdes de Niterói e, consequentemente, proteger ecossistemas com grande potencial para oferecer oportunidades de visitação, aprendizagem, interpretação, educação, pesquisa, recreação, inspiração, relaxamento e demais atividades ambientalmente compatíveis;
- V. Proteger a paisagem e manter populações de animais e plantas nativas, contribuindo para a preservação da biodiversidade de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro;
- Assegurar a integridade das florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente, cuja remoção é vedada, e dos remanescentes de Mata Atlântica e restinga;
- Preservar bancos genéticos em condições de fornecer propágulo para projetos de arborização e reflorestamento ecológicos, bem como para pesquisas científicas;

VIII. Aumentar a arrecadação do Município de Niterói através do repasse do ICMS ecológico

Art. 6º - Fica estabelecido o prazo máximo de 03 (três) anos, a partir da data de publicação

deste Decreto, para elaboração do Plano de Manejo das áreas descritas nos anexos do presente Decreto.

Art. 7º - Fica vedado o licenciamento de construção, edificação, acréscimo ou modificação de uso em edificação, parcelamento ou loteamento do solo e abertura de logradouro nas áreas a que se refere o art. 2º.

Parágrafo único. Ficam estabelecidas como exceções as intervenções de interesse social, de mobilidade e mobilidade urbana comprovadamente de interesse coletivo, devendo ser analisadas pelos órgãos competentes e deliberadas pelo Conselho Municipal de Meio

Art. 8º - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade elaborará Projeto de Lei para transferência do direito de construir dos imóveis situados nas áreas a que se referem os arts. 2° e 3°, conforme dispõe o inciso V do art. 4° da Lei 10.257/2001, bem como o Plano Diretor do Município de Niterói, Lei Municipal nº 1.157/1992, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

Parágrafo único. São instrumentos válidos para fomentar a proteção de todas as áreas expressas nos arts. 2º e 3º todos os positivados na Lei 10.257/2001, bem como o Plano Diretor do Município de Niterói, Lei Municipal nº 1.157/1992.

Art. 9° - O Programa Niterói Mais Verde será administrado pelo órgão ambiental municipal

Art. 10 - Para viabilidade e operacionalização do Programa Niterói Mais Verde, tendo como objetivo o exercício exclusivo de gestão do PARNIT e SIMAPA, deverão ser criados e providos em até 120 (cento e vinte) dias os seguintes cargos por lei:

Superintendente do PARNIT Superintendente do SIMAPA: Gerente do Serviço de Visitantes; Gerente do Serviço de Manejo Ambiental e Proteção IV.

Gerente do Serviço de Engenharia e Manutenção. VI. Art. 11 - Para viabilidade e operacionalização do Programa Niterói Mais Verde serão também necessários aquisição de tecnologia, aparelhos, viaturas, bem como, implantação

de duas sedes físicas próprias e todo o mais que se entender necessário para atender os objetivos do presente Programa. Art. 12 - Os recursos de custeio do Programa Niterói Mais Verde serão proporcionados

pelo Tesouro Municipal, pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, nos termos dos arts. 30, 31 e 32 da Lei Municipal 2.602/2008 e outros recursos legais cabíveis

Art. 13 – Este Decreto entra em vigor na dara de sua publicação PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 23 DE OUTUBRO DE 2014.

RODRIGO NEVES -PREFEITO

ANEXO I DECRETO Nº

MEMORIAL DESCRITIVO DOS LIMITES DO PROGRAMA NITERÓI MAIS VERDE

Todas as descrições foram elaboradas a partir de base cartográfica digital cedida pela Fundação CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro) com as seguintes características técnicas: Vôo: Janeiro/96

Reambulação: Setembro/97 Edição: Novembro/97 Escala: 1/2.000 e 1/10.000 Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM Meridiano Central: 45° WGr Datum Horizontal: SAD 69

Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba – SC

PARNIT

SETOR GUANABARA

POLÍGONO 01 (ILHA DA BOA VIAGEM): É delimitada por uma linha perimetral com início no cruzamento entre a Avenida Almirante Benjamim Sodré e a ponte de acesso a Ilha de Boa Viagem (ponte Almirante Benjamim Sodré), no ponto de coordenadas (NE 7465.445: 691,815); segue na direção sudeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,425; 691,845) na orla marítima da Ilha da Boa Viagem; segue por coordenadas (NE 7465,425, 691,845) na oria maritima da lina da Boa Vlagem; segue por uma linha reta imaginária distante 10 metros na direção leste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,425,691,855); segue na direção sudoeste contornando a Ilha da Boa Vlagem, em um buffer de 10 metros até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,345,691,695); segue por uma linha imaginária na direção norte até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,450;691,715); segue na direção leste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,440;691,775); segue na direção nordeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto inicial desta

POLÍGONO 02 (ILHA DOS CARDOS): Está localizada na Baía de Guanabara em frente a ponta da Boa Viagem no ponto de coordenadas (NE 7465,260; 692,320) acrescido de uma área de abrangência de 10 metros em todo o seu perímetro.

POLÍGONO 03 (CAVERNAS): Refere-se às cavernas existentes na proximidade do Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói. Definido por uma linha perimetral com início no ponto de coordenadas (NE 7465,500; 692,240) no MAC; segue pelo limite deste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,570; 692,260); segue por uma linha reta imaginária na direção norte até o ponto de coordenadas (NE 7465,620; 692,260); segue em sentido leste, por uma linha reta imaginária, até o ponto de coordenadas (NE 7465,615; 692,290) na orla marítima; segue na direção sul pelo limite da orla marítima até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7465,490; 692,230); segue pela direção nordeste por uma linha reta imaginária até o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 04 (PEDRA DE ITAPUCA E PEDRA DO ÍNDIO): Formado pela Pedra de Itapuca e Pedra do Índio situados na orla marítima da Baía de Guanabara, entre as praias de Icaraí e Flexas

SETOR MOTANHA DA VIRAÇÃO

POLÍGONO 01 (MORRO DO CANTAGALO): É delimitado por uma linha perimetral com início no ponto de coordenadas (NE 7464,215; 698,625) no limite das Regiões Oceânica e Pendotiba; segue por este limite na direção leste até encontrar a cota de 150 metros no ponto de coordenadas (NE 7464,200; 698,820); segue por esta cota na direção nordeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,675; 699,270) no limite do Condomínio Monan Grande; segue pelo limite de fundos da área privativa 82 na direção sudeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,640; 699,285) no fundo desta área privativa; segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,650; 699,295); segue na direção noroeste ainda por este lote até encontrar a lateral esquerda do lote 67A no ponto de coordenadas (NE 7464,660; 699,290); segue pela lateral esquerda deste lote até encontrar o limite de fundos no ponto de coordenadas (NE 7464,670; 699,320); segue pelo limite de fundo das áreas privativas 67A a 52 no ponto de coordenadas (NE 7464,770; 699,300) no limite da interseção entre as áreas privativas 61 e 49; segue pelo limite dos fundos das áreas privativas 49 a 7 no ponto de coordenadas (NE 7464,890; 699,415) na cota de 150 metros; segue por este limite na direção leste até o ponto de coordenadas (NE 7464,900; 699,540); segue por uma linha reta imaginária na direção sudeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,635;699,720) na cota de 150 metros; segue por esta cota na direção sudeste até encontrar o limite das Regiões Pendotiba e Oceânica no ponto de coordenadas (NE 7464,130;699,750); segue por este

limite na direção sudeste até encontrar a Estrada Francisco da Cruz Nunes no ponto de coordenadas (NE 7464,100;699,765); segue por esta estrada na direção sudoeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE7463,310;698,745); segue na direção norte por uma linha paralela distante 50 metros da Estrada Engenheiro Pacheco de Carvalho até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,995;698,640) no limite da Fração Urbana PIR – 06; segue na direção sudeste pelo limite desta fração até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,100; 698,690) numa faixa distante 50 metros da Estrada Engenheiro Pacheco de Carvalho; segue por uma linha paralela distante 50 metros desta estrada até o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 02 (MORRO DA VIRAÇÃO): É delimitado por uma linha perimetral com início no ponto de coordenadas (NE 7461,650; 693,780); segue na direção Nordeste por uma linha reta imaginária até o ponto de coordenadas (NE 7461,860; 693,900) na cota 40 metros; segue na direção Nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,095; 694,240); segue na direção Sudeste por uma linha reta imaginária até o ponto de coordenadas (NE 7462,040; 694,440) na cota 100 metros; segue por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,180; 695,010); segue na direção Sudeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,150; 695,045) na cota 130 metros; segue na direção Nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,255; 695,200); segue na direção Norte por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,290; 695,200) na cota 115 metros; segue na direção Nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462.375; 695.320); seque na direcão Leste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,370; 695,385) na cota 145 metros; segue na direção Norte por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462.450: 695.505): segue na direção Noroeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462.460; 695.500); na cota 140 metros; segue na direcão Nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,620; 695,475) no limite do Condomínio Parque Jurujuba; segue por uma linha reta imaginária na direção noroeste até o ponto de coordenadas (NE 7462,640; 695,455); segue na direção Noroeste por uma linha reta imaginária até o ponto de coordenadas (NE 7462,645; 695,370); segue na direção Noroeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,700; 695,330); seque na direção Nordeste por uma linha reta imaginária até encontrar o limite do Condomínio Parque Jurujuba no ponto de coordenadas (NE 7462,705, 695,340); segue na direção Noroeste pela divisa lateral esquerda da Área Privativa nº 29 até encontrar a Rua interna do Condomínio (Alameda dos Sabiás); segue na direção Nordeste por esta Rua e pelo seu prolongamento até encontrar o limite deste Condomínio do ponto de coordenadas (NE 7462,805; 695,415); segue na direção noroeste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,820; 695,360) no limite da reserva florestal do Loteamento Monte Lindo; segue na direção Nordeste por este limite até o ponto de coordenadas (NE 7462,955; 695,370) na divisa entre este Loteamento e o Loteamento Aruă; segue na direção Sudeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,880,695,570); segue pelo limite da área verde inclusive do Condomínio Aruã até encontrar o limite deste loteamento no ponto de coordenadas (NE 7463,200;695,765); seque na direção noroeste por este limite até encontrar o limite do nto Vila Charitas no ponto de coordenadas (NE 7432,225; 695,635); segue na direção Nordeste pelo limite deste Loteamento até encontrar a cota 60 metros no ponto de coordenadas (NE 7463,480; 695,725); segue na direção Noroeste por esta cota até encontrar o limite da Área "A" situada na Estrada Nossa Senhora de Lourdes (antigo limite do Loteamento Parque Anchieta); segue na direção Sudeste por este limite até encontrar uma faixa de 50 metros ao Sul do eixo da Estrada Nossa Senhora de Lourdes; segue na direção Sudeste por esta faixa até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,500; 695,995); segue na direção Nordeste por uma linha reta imaginária até encontrar a Estrada Nossa Senhora de Lourdes no ponto de coordenadas (NE 7463,550; 696,010); segue pela lateral direita da Estrada Nossa Senhora de Lourdes até encontrar a Estrada de acesso ao Hotel Panorama no ponto de coordenadas (NE 7463,430,696,494); segue por uma faixa distante 3 metros desta via de acesso ao Hotel Panorama até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,390;696,150), segue por uma linha reta imaginária na direção nordeste até encontrar a curva de nível de 195m no ponto de coordenadas (NE: 7463415; 696155); Segue na direção sudoeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (NE: 7463385; 696015); segue na direção sudeste por uma linha reta até encontrar o ponto de coordenadas (NE: 7463285; 696065); segue na direção leste por uma linha reta até encontrar a curva de nível 255m (duzentos e cinquenta e cinco metros) no ponto de coordenadas (NE: 7463285; 696175); Segue na direção nordeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de c oordenadas (NE: 7463290; 696215); segue na direção noroeste por uma linha reta até encontrar o ponto de cota 258m (duzentos e cinquenta e oito metros) no ponto de coordenadas (NE: 7463310; 696205); segue na mesma direção por uma linha reta até encontrar o ponto de coordenadas (NE: 7463375; 696150); Segue na direção norte por uma linha reta até encontrar o ponto de coordenadas (NE: 7463,385; 696150);segue por uma faixa distante de 3m da estrada de acesso ao Hotel Panorama até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,425;696,500) na Estrada Nossa Senhora de Lourdes; segue por uma linha reta imaginária por esta estrada na direção nordeste até alcançar a lateral esquerda desta estrada no ponto de coordenadas (NE 7463,430,696,500); segue por esta estrada na direção noroeste até o ponto de coordenadas (NE 7463,605,696,000) no limite do Loteamento Santa Thereza; segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite do Loteamento Morro da Viração no ponto de coordenadas (NE 7463,670; 696,085); segue na direção noroeste por este limite até encontrar a lateral direita do Lote 3 da Quadra "B" deste Loteamento; segue na direção Nordeste por esta lateral e pela divisa de fundos dos Lotes 4 ao 10 desta Quadra até encontrar a lateral direita do Lote 10; segue na direção Sudeste pelo prolongamento desta lateral até encontrar a cota 75 metros no ponto de coordenadas (NE 7463,855; 696,195); segue na direção Nordeste por esta cota até encontrar o prolongamento do limite do Condomínio São Francisco Hills no ponto de coordenadas (NE 7463,975; 696,465); segue na direção Noroeste por este prolongamento e pelo limite deste Condomínio até encontrar a divisa de fundos da Área Privativa 11 Condomínio; segue na direção Sudeste por esta divisa e pela divisa de fundos das Áreas Privativas 10 e 9 até encontrar a cota 50 metros no ponto de coordenadas (NE 7464,110; 696,440); segue na direção Nordeste por esta cota até encontrar o limite do Loteamento Bairro Santo Inácio no ponto de coordenadas (NE 7464,585; 696,810); segue na direção Sudeste por este limite até encontrar até o ponto de coordenadas (NE 7464.530: 696.905). segue na direção nordeste pelo fundo dos lotes 1 a 33 da quadra C até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,760; 697,275); segue por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,635; 697,395) no fundo do lote 20 da quadra H; seque pelo limite de fundos deste lote e dos lotes 19,1 e 2 da quadra H até encontrar o nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,590; 697,555) na cota de 200 metros; segue na direção nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,115; 697,520) no limite entre as Regiões Oceánica e Pendotiba; segue na direção leste por uma linha reta imaginária até o ponto de coordenadas (NE7464,100;697,580); segue na direção sudoeste por uma faixa distante 50 metros da Estrada Nossa Senhora de Lourdes até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,925; 697,365); segue por uma linha imaginária na direção sudeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7463,845;697,445); segue na direção nordeste por uma faixa distante 50 metros da Estrada Nossa Senhora de Lourdes até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,085; 697,680) na divisa entre as Regiões Oceânica e Pendotiba; segue na direção norte até encontrar a cota de 200 metros no ponto de coordenadas (NE 7464,135;697,680); segue na direção nordeste por esta cota até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7464,240; 698,100); segue na direção sudeste

por uma linha reta imaginária até encontrar novamente a divisa entre as Regiões Oceânica e Pendotiba no ponto de coordenadas (NE 7464, 185; 698,115); segue na direção nordeste por esta divisa até encontrar no ponto de coordenadas (NE 7464, 235;698,450) em uma faixa distante 50 metros da Estrada Engenheiro Pacheco de Carvalho; segue na direção sudeste por esta faixa até encontrar a Fração Urbana PIR 02 no ponto de coordenadas (NE 7463, 410; 698,610) ; segue por este limite na direção sudoeste até o ponto de coordenadas (NE 7463,235; 698,450) no limite da Área de Especial Interesse Social – Morro do Cafubá; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Conservação da Vida Silvestre 04 – Cafubá no ponto de coordenadas (NE 7463,295; 697,810);segue por este limite na direção sudoeste até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7462,325; 696,990) na Avenida Raul de Oliveira Rodrigues (antiga Avenida Sete;) segue na direção sudoeste por esta Avenida até encontrar a interseção com a Rua Doutor Waldir da Costa; segue na direção sudoeste por uma linha reta imaginária até encontrar a lateral do lote 01 da quadra 143 do Loteamento Bairro Piratininga no ponto de coordenadas (NE 7462,220;696,930); segue por esta lateral até encontrar o fundo do lote 01 no ponto de coordenadas (NE 7462,200;696,905); segue pelo fundos dos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 da quadra 143 até encontrar o limite da Fração Urbana PIR 05-A no ponto de coordenadas (NE 7462,150; 696,900); segue por este limite na direção sul até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7461,875; 696,405) nos fundos do lote 26 da quadra 142 do loteamento Maralegre (Bairro Piratininga); segue pela linha de fundo dos lotes 26 a 40 desta quadra até encontrar a lateral direita do lote 40; segue por esta lateral até encontrar a Rua 100 no ponto de coordenadas (NE 7461.700: 696.340); segue por esta rua na direção sudeste até encontrar a lateral direita do lote 25 da quadra 140 do mesmo loteamento; segue pelo fundo deste lote e pelo limite do fundo dos lotes 24 a 13 até encontrar o limite do Plano de Alinhamento da Orla (PAO) da Laguna de Piratininga no ponto de coordenadas (NE 7461,530; 696,420); segue por este limite na direção sudoeste até o ponto de coordenadas (NE 7461,160; 695,870) na cota de 10 metros; segue na direcão norte por esta cota até encontrar o limite da Zona de Conservação da Vida Silvestre 06 - Imbuí no ponto de coordenadas (NE 7461,300; 695,885); segue por este limite na direção noroeste até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 03 (ILHA DOS AMORES): É delimitado pelo ponto de coordenadas (NE 7462,880; 694,690); localizada na Baía de Guanabara em frente a Praia do Preventório acrescido de uma área de abrangência de 10 metros em todo o seu perímetro. POLÍGONO 04 (ILHA DAS DUAS IRMÁS): Compreende a totalidade da Ilha das Duas

POLIGONO 04 (ILHA DAS DUAS IRMAS): Compreende a totalidade da Ilha das Duas Irmãs, no ponto de coordenadas (NE 7460,600; 693,200), situada defronte à Praia do Imbuí, localizada na Sub-região de Piratininga.

POLÍGONO 05 (MORRO DO IMBUÍ): É definido por uma linha perimetral com início no ponto de coordenadas (NE 7460,635; 693,535) na orla marítima da Região Oceânica; Segue na direção nordeste por uma linha reta imaginária até o ponto de coordenadas (NE 7460,695; 693,610), na cota de 25 metros; segue na direção nordeste por esta cota até encontrar o limite do Loteamento Marazul; segue na direção sudeste pelo fundo dos lotes 17 a 1 da quadra 35, pelo fundo dos lotes 15 a 1 da quadra 34 até encontrar o lote 12 da quadra 33; segue na direção sudoeste pela divisa de fundo do lote 12 até encontrar a orla marítima; segue na mesma direção pela orla marítima até encontrar o ponto inicial desta descrição.

SETOR COSTEIRO/LAGUNAR

POLÍGONO 01 (ILHA DO VEADO): Compreende a totalidade da superfície da Ilha do Veado no ponto de coordenadas (NE 7460,115; 694,480), situada em frente à Praia da Barra, localizada na sub-região de Piratininga.

POLÍGONO 02 (PONTA DA GALHETA): Compreende o afloramento rochoso conhecido

POLÍGONO 02 (PONTA DA GALHETA): Compreende o afloramento rochoso conhecido como Ponta da Galheta no ponto de coordenadas (NE 7460,240; 695,085), situado entre a Praia da Barra e a Praia de Piratininga.

POLÍGONO 03 (PRAÍA DO SOSSEGO): - É definida por uma linha perimetral com início na orla marítima no ponto de coordenadas (NE 7459,980; 697,710); segue na direção nordeste por uma linha reta imaginária até a Av. Almirante Tamandaré no ponto de coordenadas (NE 7460,070; 697,740); segue pelo limite de fundos dos lotes 01 e 39 da quadra 286 A do Loteamento Bairro Piratininga até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7459,985;697,780) na Rua "143"; segue na direção sudoeste pela Rua "143" e Rua "144" até encontrar a lateral direita do lote 13 no ponto de coordenadas (NE 7460,010;698,120); segue na direção sudeste pela lateral dos lotes 13 e 01 da quadra da 302 A até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7459,970;698,175) na Rua Desembargador Nicolau Mary Junior (Rua "145"); segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar a lateral direita do lote 18 da quadra 300 A; segue na direção sudeste pela lateral direita do lote 18 até o limite do Loteamento Bairro Piratininga no ponto de coordenadas (NE 7459,870;698,100); segue na direção sudeste por uma reta imaginária até encontrar a orla marítima no ponto de coordenadas (NE 7459,785; 698,095); segue na direção oeste pela orla marítima da Praia do Sossego até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 04 (LAGUNA DE PIRATININGA): É delimitado externamente a partir do ponto de coordenadas (NE 7461,145; 695,770) na rua 38; segue por esta rua até encontrar o limite do Plano de Alinhamento da Orla (PAO) da Laguna de Piratininga no ponto de coordenadas (NE 7461,260; 695,720; segue por este limite até o ponto de coordenadas (NE 7460,630,695,045) na margem da Laguna de Piratininga; segue na direção leste por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7460,620,695,115); segue na direção nordeste por uma linha reta imaginária até encontrar novamente o Plano de Alinhamento da Orla no ponto de coordenadas até encontrar (NE 7460, 700; 695,195); segue por este limite até encontrar a Rua Geógrafo Amora no ponto de coordenadas (NÉ 7460,800;699,190; segue na direção oeste por esta rua ate encontrar a lateral esquerda do lote 06 da quadra 212 do loteamento Bairro Piratininga; segue por este limite na direção norte até encontrar a divisa de fundos deste lote; segue na direção oeste pelo fundo dos lotes 06 a 13 até encontrar o fundo do lote 16; segue na direção norte pelo fundo deste lote ate encontrar a lateral direita deste lote; segue na direção oeste por este limite até encontrar a Rua Doutor Tabajara de Araujo Gama; segue na direção norte por esta rua até encontrar a interseção com a Rua Raul Travassos no ponto de coordenadas (NE 7460,855;699,020); segue na direção oeste pela Rua Raul Travassos até encontrar a lateral direita do lote 25 da quadra 218; segue na direção norte por este limite até o prolongamento da divisa entre os lotes 12 e 13 até encontrar a Rua Comissário João Luiz de Souza no ponto de coordenadas (NE 7460,910;698,920) no limite do Plano de Alinhamento da Orla; segue por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (NE

Este polígono é delimitado internamente, a partir do ponto de coordenadas (NE 7461,520;696,425; segue na direção nordeste no limite do espelho d'água na Laguna de Piratininga, contornando a Ilha do Pontal até o ponto de coordenadas (NE 7461,435; 697,345); segue na direção nordeste por uma linha reta imaginária até encontrar novamente o limite do espelho d'água da Laguna de Piratininga no ponto de coordenadas (NE 7461,880; 697,815); segue por este limite ao longo da laguna, até encontrar a Ilha do Modesto do ponto de coordenadas (NE 7460,850; 698,660); segue pelo limite desta ilha até encontrar o ponto de coordenadas (NE 7460,640); 698,530), na margem da laguna; segue por este limite até o ponto de coordenadas (NE 7461,45; 695,770) na Rua 38.

SIMAPA

Delimitações, convenções e especificações - Plano Urbanístico da Região Norte - Lei Municipal nº 2233/2005

ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (ZRA)

POLÍGONO 01 (ZRA VALE BOA ESPERANÇA 1): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 105 metros no ponto de

coordenadas (EN 698,975; 7468,305); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,935;7468,530); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 698,940; 7468,505); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,990; 7468,320); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição. POLÍGONO 02 (ZRA VALE BOA ESPERANÇA 2): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na faixa distante 50 metros da RJ 104 no ponto de coordenadas (EN 699,450; 7468,755); Segue na direção sudoeste por esta faixa até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,450; 7468,755); Segue na direção sudoeste por esta faixa até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,295; 7468,545); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,210; 7468,420); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,210; 7468,420); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 699,100; 7468,670); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,100; 7468,695); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 699,100; 7468,695); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,260; 7468,805); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,260; 7468,650); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,285; 7468,640); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,285; 7468,640); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,285; 7468,640); Segue na direção nordeste por

delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 145 metros no ponto de coordenadas (EN 698,150; 7468,275); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,060; 7468,645); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 135 metros no ponto de coordenadas (EN 698,035; 7468,6250); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,920; 7468,600); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 697,860; 7468,540); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,670; 7468,520); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 135 metros no ponto de coordenadas (EN 697,650; 7468,575); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,620; 7468,640); Segue na direção oeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 80 metros no ponto de coordenadas (EN 697,540; 7468,645); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,510; 7468,705); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 697,584; 7468,690); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,605; 7468,745); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,460; 7468,870); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,505; 7468,920); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,590; 7468,850); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,725; 7468,815); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 150 metros no ponto de coordenadas (EN 697,795; 7468,705); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,015; 7468,885); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 697,970; 7468,925); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,830; 7469,030); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 80 metros no ponto de coordenadas (EN 697,815; 7468,960); Segue na direção oeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,750; 7468,990); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 697,775; 7469,025); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,705; 7469,035); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 697,670; 7468,990); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,565; 7469,015); Segue na direção oeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 55 metros no ponto de coordenadas (EN 697,500; 7469,020); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,585; 7469,095); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 697,690; 7469,105); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,990; 7469,275); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 120 metros no ponto de coordenadas (EN 698,015; 7469,245); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,055; 7469,305); Segue na direção uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,035; 746,345); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,000; 7469,380); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a Rua Carolina Vieira Dias no ponto de coordenadas (EN 697,880; 7469,435); Segue na direção noroeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,790; 7469,560); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,800; 7469,620); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 115 metros no ponto de coordenadas (EN 697,765; 7469,635); Segue na mesma direção por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (ÉN 697,640; 7469,610); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 697,570; 7469,550); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,630; 7469,385); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 60 metros no ponto de coordenadas (EN 697,545; 7469.325): Seque na direção norte por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,465; 7469,340); Segue direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 80 metros no ponto de coordenadas (EN 697,425; rates a curva de inveir de coordenadas (EN 697,355; 7469,255); Segue na direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,355; 7469,255); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 25 metros no ponto de coordenadas (EN 697,410; 7469,345); Seque na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,390; 7469,405); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 85 metros no ponto de coordenadas (EN 697,385; 7469,425); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,315; 7469,605); Segue na direção noroeste por uma linha

imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,275; 7469,660); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,320; 7469,715); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua existente, no ponto de coordenadas (EN 697,310; 7469,720); Segue na direção noroeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,300; 7469,790); Segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,170; 7469,795); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 697,145; 7469,700); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,155; 7469,610); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 697,125; 7469,570); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,940; 7469,510); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,910; 7469,545); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,965; 7469,645); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 697,005; 7469,665); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,850; 7469,675); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,850; 7469,670); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,660; 7469,530); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 696,630; 7469,555); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,630; 7469,555); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,475; 7469,470); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 696,285; 7469,500); Segue na direção norte por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,735; 7469,345); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,750; 7469,370); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 695,790; 7469,400); Segue na direção nordeste por este divisor até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,195; 7469,595); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,095; 7469,610); Segue na direção nordeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,125; 7470,040); Segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 697,165; 7470,040); Segue na direção sul por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,440; 7470,015); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o caminho do quebra exclusive no ponto de coordenadas (EN 697,440; 7469,875); Segue na direção leste por este caminho exclusive até encontrar a curva de nível 135 metros no ponto de coordenadas (EN 697,680; 7469,870); Segue na direção leste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,780; 7469,850); Seque na direcão sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,905; 7469,820); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,930; 7469,760); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,040; 7469,740); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,005; 7469,705); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua José Joaquim dos Santos no ponto de coordenadas (EN 698,040; 7469,670); Segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar a Rua A exclusive no ponto de coordenadas (EN 697,950; 7469,610); Segue na direção sudeste por esta rua exclusive até encontrar a Rua existente no ponto de coordenadas (EN 698,200; 7469,450); Segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,100; 7469,120); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,060; 7469,060); Segue na direção sudeste até encontrar a curva da nível 180 metros no ponto de coordenadas (EN 698,125; 7469,010); Segue na mesma direção por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,130; 7468,725); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,135; 7468,710); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 698,125; 7468,705); Segue na direção sudeste por este divisor até encontrar o ponto

POLÍGONO 04 (ZRA RUA ARTHUR PEREIRA DA MOTA): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da APP do Rio do Sapê — Matacapa no ponto de coordenadas (EN 699,275; 7467,255); Segue na direção sudoeste por esta faixa até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,605; 7467,295); Segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar uma faixa distante 30 metros da Rua Nilo Peçanha no ponto de coordenadas (EN 698,635; 7467,295); Segue na direção sudeste por esta faixa até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 05 (ZRA MORRO DO QUEROSENE 1): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 696,205; 7466,770); Segue na direção noroeste por este limite até encontrar o ponto de cota máxima do Morro do Querosene no ponto de coordenadas (EN 695,545; 7466,960); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 150 metros no ponto de coordenadas (EN 695,615; 7467,005); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,700; 7466,980); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 695,700; 7466,980); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 695,805; 7467,015); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,765; 7467,105); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 695,765; 7467,105); Segue na direção norte por esta curva até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 695,785; 7467,215); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,960; 7466,970); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,950; 7467,340); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,950; 7467,340); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 695,950; 7467,345); Segue na mesma direção por esta travessa exclusive até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,045; 7467,155); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 696,045; 7467,155); Segue na direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 120 metros no ponto de c

direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EM 696,060; 7466,960); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva 115 metros no ponto de coordenadas (EN 696,115; 7466,900); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,220; 7466,835); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 06 (ZRA MORRO DO QUEROSENE 2): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível de 100 metros no ponto de coordenadas (EN 696,925; 7466,955); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,870; 7467,045); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,810; 7467,040); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,675; 7467,100); Segue na direção norte por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,675; 7467,130); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,715; 7467,115); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 696,770; 7467,140); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,875; 7467,225); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,845; 7467,220); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,845; 7467,280); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,985; 7467,415); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,240); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,240); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,240); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,240); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,150); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,150); Segue na direção sudeste por esta curva at

POLÍGONO 07 (ZRA MORRO SÂO FELICIANO): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 55 metros no ponto de coordenadas (EN 696,175; 7467,745); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,820; 7467,555); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 70 metros no ponto de coordenadas (EN 695,830; 7467,590); Segue na direção norceste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,715; 7467,610); Segue na direção sul por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 45 metros no ponto de coordenadas (EN 695,715; 7467,665); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar a Rua Mattos no ponto de coordenadas (EN 695,955; 7467,585); Segue na direção norceste por esta rua até encontrar a linha de cumeada do Morro São Feliciano no ponto de coordenadas (EN 695,605; 7467,645); Segue na direção sudeste por esta linha de cumeada até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,995; 7467,685); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 80 metros no ponto de coordenadas (EN 696,025; 7467,660); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,110; 7467,765); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,110; 7467,765); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrizão

desta descrição.

POLÍGONO 08 (ZRA MORRO DO SARAIVA): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 697,180; 7467,695); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 697,150; 7467,675); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,840; 7467,340); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até cencontrar a curva de nível 90 metros no ponto de coordenadas (EN 696,815; 7467,360); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,550; 7467,350); Segue na direção sul por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 60 metros no ponto de coordenadas (EN 696,545; 7467,295); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,465; 7467,435); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 80 metros no ponto de coordenadas (EN 696,480; 7467,405); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,625; 7467,435); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 90 metros no ponto de coordenadas (EN 696,640; 7467,425); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,740; 7467,515); Segue na mesma direção por encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,740; 7467,515); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 110 metros no ponto de coordenadas (EN 696,775; 7467,530); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,780; 7467,615); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 696,760; 7467,620); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,625; 7467,675); Segue na direção curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,625; 7467,675); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 65 metros no ponto de coordenadas (EN 696,605; 7467,610); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,425; 7467,540); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 55 metros no ponto de coordenadas (EN 696,430; 7467,525); Segue na direção sudoeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,410; 7467,800); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,480; 7467,755); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de cota 109 metros no ponto de coordenadas (EN 696,540; 7467,690); Segue na direção nordeste pela linha de cumeada do Morro do Saraiva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,780; 7467,640); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,880; 7467,630); Segue na direção norte por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 696,880; 7467,705); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,860; 7467,945); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,910; 7467,975); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 696,890; 7468,010); Segue na direção noroeste por este divisor até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,870; 7468,100); Segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 55 metros no ponto de coordenadas (EN 696,915; 7468,105); Segue na direção metros no ponto de coordenadas (EN 696,915; 7468,105); Segue na direção sul por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,950; 7467,935); Segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 40 metros no ponto de coordenadas (EN 696,980; 7467,935); Segue na direção sul por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,045; 7467,795); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 60 metros no ponto de coordenadas (EN 697,000; 7467,735); Segue na direção sul por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,030; 7467,700); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 697,085; 7467,750); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 09 (ZRA MORRO DO CÉU): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 135 metros no ponto de coordenadas (EN 697,455; 7467,235); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de

coordenadas (EN 697,435; 7467,185); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 697,430; 7467,155); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,285; 7466,995); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 120 metros no ponto de coordenadas (EN 697,285; 7466,990); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,165; 7466,995); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,165; 7466,995); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 697,105; 7466,985); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,090); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 697,010; 7467,120); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,250; 7467,275); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,345; 7467,315); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 170 metros no ponto de coordenadas (EN 697,345; 7467,315); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 170 metros no ponto de coordenadas (EN 697,345; 7467,275); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,345; 7467,375); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 10 (ZRA MORRO DO HOLOFOTE): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na Rua Professor João Brazil exclusive no ponto de coordenadas (EN 695,080; 7468,915); Segue na direção sudoeste por esta rua exclusive até encontrar a Rua PGA exclusive no ponto de coordenadas (EN 694,785; 7468,740); Segue na direção noroeste por esta rua até encontrar a curva de nível 30 metros no ponto de coordenadas (EN 694,795; 7468,775); Segue na direção sudoeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,590; 7468,720); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,595; 7468,895); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,470; 7468,880); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,425; 7468,915); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 694,485; 7469,255); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,885; 7469,255); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50m no ponto de coordenadas (EN 694,955); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o gonto de coordenadas (EN 695,035; 7469,210); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,035; 7469,210); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,035; 7469,210); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,035; 7469,210); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,060; 7469,025); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,060; 7469,025); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,060; 7469,025); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto inicial de

POLÍGONO 11 (ZRA MORRO BOA VISTA): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 694,905; 7467,045); Segue na direção noroeste por este limite até encontrar a curva de nível 40 metros no ponto de coordenadas (EN 693,815; 7467,440); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EM 693,785; 7467,485); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 25 metros no ponto de coordenadas (EN 693,755; 7467,530); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 693,845; 7467,625); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 65 metros no ponto de coordenadas (EN 693,945; 7467,525); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,025; 7467,620); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 130 metros no ponto de coordenadas (EN 694,095; 7467,520); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,960; 7467,870); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,960; 7467,790); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,960; 7467,790); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,765; 7467,730); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,765; 7467,315); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,765; 7467,315); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 70 metros no ponto de coordenadas (EN 694,990; 7467,200); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 694,765; 7467,315); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 25 metros no ponto de coordenadas (EN 694,990; 7467,200); Segue na direção sudo

POLÍGONO 12 (ZRA FLORÁLIA): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na Estrada da Florália no ponto de coordenadas (EN 699,095; 7468,105); Segue na direção sudeste por esta estrada até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,640; 7467,840); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 50 metros da Estrada da Florália no ponto de coordenadas (EN 699,595; 7467,820); Segue na direção sudeste por uma faixa distante 50 metros desta Estrada até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 699,730; 7467,580); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,665; 7467,390); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 699,705; 7467,395); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,595; 7467,240); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,590); 7467,240); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 699,580; 7467,240); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,555; 7467,210); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 699,540; 7467,210); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,535; 7467,120); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Nilo Peçanha no ponto de coordenadas (EN 699,415; 7467,085); Segue na direção noroeste por esta rua até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 698,910; 7467,290); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698.925: 7467.330); Segue na direcão noroeste por uma linha imaginária até a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 698,915; 7467,340); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,085; 7467,510); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 699,065; 7467,545); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,050; 7467,600); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Quintino Bocaiúva no ponto de coordenadas (EN 699,025; 7467,610); Segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar a (EN 699,025; 7467,610); Segue na direção sudoeste por esta rua ate encontrar a Rua E no ponto de coordenadas (EN 698,870; 7467,515); Segue na direção noroeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,845; 7467,540); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 698,755; 7467,555); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,755; 7467,660); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de 125 metros no ponto de coordenadas (EN 698,790; 7467,690); Segue direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN

698,905; 7467,660); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 70 metros no ponto de coordenadas (EN 699,000; 7467,700); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,935; 7467,835); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,050; 7467,895); Segue mesma na direção até encontrar o ponto inicial desta descrição. Obs: dentro dos seus limites encontra-se a a APP do Rio Sapê.

POLÍGONO 13 (ZRA AV. 22 DE NOVEMBRO): É delimitado por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 695,370; 7467,670); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,365; 7467,740); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Rodrigo Pereira no ponto de coordenadas (EM 695,445; 7467,730); Segue na direção sudeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,470; 7467,685); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,465; 7467,670); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,515; 7467,655); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,515; 7467,655); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,535; 7467,660); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Leite Ribeiro no ponto de coordenadas (EN 695,540; 7467,650); Segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Leite Ribeiro no ponto de coordenadas (EN 695,540; 7467,650); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 45 metros no ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,595; 7467,650); Segue na direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,375; 7467,655); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 01 (ZROU VILA MARIA): - ZROU 01: É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Preservação Permanente do Morro da antena da Embratel — Vila Maria no ponto de coordenadas (EN 700,035; 746,205); segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Área de Especial Interesse Socioambiental; Segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-F; segue na direção sudeste por este

limite até encontrar o ponto inicial desta descrição;

- ZROU 01 B: É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Preservação Permanente do Morro da Antena da Embratel — Vila Maria no ponto de coordenadas (EN 699,835; 7468,545); Segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 01-F no ponto de coordenadas (EN 600,775; 7468,745); Segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da Área de Especial Interesse Socioambiental 20 no ponto de coordenadas (EN 699,990; 7468,480); Segue na mesma direção por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 02 (ZROU VALE BOA ESPERANÇA): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Zona de Recuperação Ambiental do Vale da Boa Esperança 1 no ponto de coordenadas (EN 698,935; 7468,515); segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 3; segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,295; 7468,885); segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,275; 7468,855); segue na direção por uma linha imaginária até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Vale da Boa Esperança 2 no ponto de coordenadas (EN 699,255; 7468,805); segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 4-B; segue na mesma direção por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

PÓLÍGONO 03 (ZROU RUA ARTHUR PEREIRA DA MOTA 01): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana CAR 1-C no ponto de coordenadas (EN 698,535; 7467,530); segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental da Florália; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente da Faixa Marginal do Rio Sapê-Matapaca; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental da Rua Arthur Pereira da Mota; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente da Faixa Marginal do Rio Sapê-Matapaca; segue na mesma direção por este limite até encontrar a Rua Arthur Pereira da Mota no ponto de coordenadas (EN 698,400; 7467,345); segue na direção nordeste por esta rua até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 04 (ZROU ARTHUR PEREIRA DA MOTA 02): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Preservação Permanente da Faixa Marginal do Rio Sapê-Matapaca no ponto de coordenadas (EN 698,370; 7467,300); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,965; 7466,855); segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o limite da fração urbana FON 1-U; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-A; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 05 (ZROU MORRO DO QUEROSENE): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana FON 2-C no ponto de coordenadas (EN 695,010; 7466,910); segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente Morro do Querosene; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da Região Norte; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 06 (ZROU MORRO DO CÉU 1):É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana CAR 1-B no ponto de coordenadas (EN 697,655; 7467,550); segue na direção sudeste por este limite até encontrar a Rua Arthur Pereira da Mota no ponto de coordenadas (EN 698,470; 7468,460); segue na direção sudoeste por esta rua até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-A; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Área de Especial Interesse Urbanístico 20; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,650; 7467,510); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,650; 7467,510); segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 07 (ZROU MORRO DO CÉU 2): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana FON 1-N no ponto de coordenadas (EN 697,045; 7466,935); segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro do Querosene 2; segue na direção nordeste por este limite até encontrar a curva de nível 115 metros no ponto de coordenadas (EN 696,990; 7467,240); segue na direção sul por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,165; 7467,315); segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro do Céu no ponto de coordenadas (EN 697,190; 7467,305); segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,450; 7467,335); segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar Estrada Viçoso Jardim no ponto de coordenadas (EN 697,460; 7467,235); segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar Estrada Viçoso Jardim no ponto de coordenadas (EN 697,460; 7467,235); segue na direção

nordeste por esta estrada até encontrar o limite da fração urbana FON 1-U; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EM 697,600; 7467,010); segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Ignácio Bezerra de Menezes no ponto de coordenadas (EN 697,520; 7467,035); segue na direção nordeste por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,385; 7467,035); segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 95 metros no ponto de coordenadas (EN 697,445; 7466,995); segue na mesma direção por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,616; 7466,907); segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o limite da fração urbana FON 1-U; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,035; 7466,960); segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 697,955; 7466,845); segue na mesma direção por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 08 (ZROU MORRO DO CASTRO): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Especial Interesse Ambiental do Morro do Castro no ponto de coordenadas (EN 698,630; 7468,845); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-J; segue na mesma direção por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 3; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 09 (ZROU MORRO DA RÁDIO RELÓGIO FEDERAL 01): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana FON 1-L no ponto de coordenadas (EN 697,060; 7468,090); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente da Rádio Relógio Federal; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana FON 1-R; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 10 (ZROU MORRO DA RÁDIO RELÓGIO FEDERAL 02): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Preservação Permanente da Rádio Relógio Federal no ponto de coordenadas (EN 697,765; 7467,710); segue na direção norte por este limite até encontrar a curva de nível 115 metros no ponto de coordenadas (EN 697,540; 7468,080); segue na direção nordeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,830; 7468,075); segue da direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Alberto de Oliveira no ponto de coordenadas (EN 697,840; 7467,970); segue na direção leste por esta rua até encontrar o limite da fração CAR 1-B; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descricão.

POLÍGONO 11 (ZROU MORRO DA ANTENA EMBRATEL 01): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início na Avenida Araken Domingues Costa no ponto de coordenadas (EN 700,185; 7467,935); segue na direção sudoeste por esta avenida até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente do Morro da Antena da Embratel — Vila Maria; segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 12 (ZROU MORRO DA ANTENA EMBRATEL 02): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Área de Preservação Permanente do Morro da Antena da Embratel — Vila Maria no ponto de coordenadas (EN 700,290; 7467,960); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 700,360; 7468,060); segue na direção sudeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta describa.

POLÍGONO 13 (ZROU MORRO DA ANTENA EMBRATEL 03): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana CAR 1-G no ponto de coordenadas (EN 700,460; 7469,030); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 4-B; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente do Morro da Antena da Embratel – Vila Maria; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-G; segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 14 (ZROU MORRO DA ANTENA EMBRÁTEL 04): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da fração urbana CAR 2-B no ponto de coordenadas (EN 700,215; 7468,055); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o limite da Área de Preservação Permanente do Morro da Antena da Embratel — Vila Maria; segue na direção sudeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 15 (ZROU LADEIRA DO CASTRO): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 175 metros no ponto de coordenadas (EN 698,135; 7469,220); segue na direção sudeste por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,170; 7469,105); segue na direção leste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 165 metros no ponto de coordenadas (EN 698,180; 7469,105); segue na direção sudeste por esta curva de nível até encontrar o limite da Zona de Produção Mineral da Cova da Onça; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro da Teixeira de Freitas – Ladeira o Castro no ponto de coordenadas (EN 698,135; 7468,710); segue na direção nordeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 16 (ZROU ESTRADA BENTO PESTANA): É delimitada por um polígono

POLÍGONO 16 (ZROU ESTRADA BENTO PESTANA): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com inicio no limite da fração urbana CAR 3 no ponto de coordenadas (EN 698,550; 7468,765); segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 1-E; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana CAR 4-A; segue na direção noroeste por este limite até encontrar o limite da Zona de Produção Mineral da Cova da Onça; segue na direção norte por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 17 (ZROU RUA 5 DE MARÇO): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro da Teixeira de Freitas - Ladeira do Castro no ponto de coordenadas (EN 697,300; 7469,790); segue na direção sudeste por este limite até encontrar o limite da fração urbana FON 1-M; segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 696,665; 7469,200); segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 696,785; 7469,205); segue na mesma direção por esta curva de nível até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro da Teixeira de Freitas — Ladeira do Castro; segue na mesma direção por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição POLÍGONO 18 (ZROU RUA TEIXEIRA DE FREITAS): É delimitada por um polígono

POLÍGONO 18 (ZROU RUA TEIXEÍRA DE FREITAS): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início na interseção das travessas Figueiras e José Carlos da Silveira Nogueira; segue na direção noroeste pela Travessa José Carlos da Silveira Nogueira até encontrar a Ladeira do Castro; segue na direção nordeste por esta ladeira até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,465; 7469,110); segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o limite da Zona de Recuperação Ambiental do Morro da Teixeira de Freitas — Ladeira do Castro no ponto de coordenadas (EN 697,515; 7469,080); segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,50; 7468,955); segue na mesma direção por uma linha imaginária até

encontrar a Travessa José Carlos da Silveira Nogueira; segue na direção sudeste por esta travessa até encontrar o ponto inicial desta descrição.

ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL (AEIA)

POLÍGONO 01 (AEIA MORRO DO CASTRO): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite intermunicipal dos municípios de Niterói e São Gonçalo no ponto de coordenadas (EN 698,240; 7469,715); Segue na direção sudeste por este limite até encontrar a Estrada Velha de Maricá no ponto de coordenadas (EN 699,830; 7469,275); Segue na direção sudoeste por esta estrada até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,675; 7469,080); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,625; 7469,100); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 50 metros da Rua 2 no ponto de coordenadas (EN 699,615;7469,065); Segue na direção noroeste por uma faixa distante 50 metros desta rua até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 699,480; 7469,175); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,240; 7469,165); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 699,205; 7469,205); Segue na direção sudoeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,630; 7468,880); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,645; 7468,860); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 50 metros da Estrada Bento Pestana no ponto de coordenadas (EM 698,650; 7468,845); Segue na direção noroeste por uma faixa distante 50 metros desta estrada até encontrar o ponto inicial desta descrição.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

POLÍGONO 01 (APP MORRO DA ANTENA DA EMBRATEL/VILA MARIA): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 701,215; 7469,005);Segue na direção sudoeste por este limite até encontrar um ponto distante 10metros do leito do Rio Sapê no ponto de coordenadas (EN 700,360; 7468,060); Segue na direção sudoeste por uma faixa distante 10 metros do leito deste rio até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700.290; 7467.975); Segue na direção sul por uma linha imaginária até encontrar o limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 700,290; 7467,960); Segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,185; 7467,935); Segue na direção norte por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 10 metros do leito do Rio Sapê no ponto de coordenadas (EN 700,185; 7467,965); Segue na direção noroeste por uma faixa distante 10 metros do leito deste rio até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,990; 7467,870); Segue na direção sul por uma linha imaginária até encontrar o limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 699,990; 7467,860); Segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,640; 7467,840); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 50 metros da Estrada da Florália no ponto de coordenadas (EM 699,580; 7467,900); Segue na direção sudoeste por uma faixa distante 50 metros desta estrada até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,330;7467,890); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,360; 7467,930); Seque na direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,355;7467,985); Seque na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar um ponto distante 50 metros da Rua F no ponto de coordenadas (EN 699,400; 7468,000); Segue na direção sudeste por uma faixa distante 50 metros desta rua até encontrar um ponto distante 50 metros da Rua B no ponto de coordenadas (EN 699,545; 7468,170); Segue na mesma direção por uma faixa distante 50 metros desta rua até encontrar um ponto distante 50 metros da Rua Gomes Filho no ponto de coordenadas (EN 699,640; 7468,210); Segue na direção nordeste por uma faixa distante 50 metros desta rua até encontrar um ponto distante 75m da Rodovia Amaral Peixoto (BR-104) no ponto de coordenadas (EN 699,470; 7468,435); Segue na mesma direção por uma faixa distante 75m desta rodovia até encontrar a Rua A exclusive no ponto de coordenadas (EN 699,610; 7468,815); Segue na direção sudeste por esta rua exclusive e seu prolongamento até encontrar a Rua Custódio E. Neto exclusive no ponto de coordenadas (EN 699,860; 7468,715); Segue na direção sudoeste por esta rua exclusive até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,855; 7468,525); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 699,825; 7468,475); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de cota 149 no ponto de coordenadas (EN 699,875; 7468,345); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,030; 7468,210); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,075; 7468,145); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a Avenida Desembargador Nestor Perlingeiro exclusive no ponto de coordenadas (EN 700,190; 7468,160); Segue na direção sudoeste por esta rua exclusive até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,160; 7468,060); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a Avenida Desembargador Nestor Perlingeiro no ponto de coordenadas (EN 700,215; 7468,050); Segue na direção nordeste por esta avenida até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,350; 7468,090); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 700,305; 7468,185); Segue na direção nordeste por este divisor até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 700,445; 7468,230); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,460; 7468,330); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 700,550; 7468,320); Segue na direção nordeste por este divisor até encontrar a curva de nível 155 metros no ponto de coordenadas (EN 700,610; 7468,425); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar a Rua Aristides Saldanha no ponto de coordenadas (EN 700,510; 7468,670); Segue na mesma direção até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700.710; 7468.860); Seque na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,725; 7468,880); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700.745; 7468.890); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 150 metros no ponto de coordenadas (EN 700,770; 7468,880); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,870; 7468,945); Segue na direção norte por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 125 metros no ponto de coordenadas (EN 700,870; 7468,985); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 700,975; 7469,115); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 100 metros no ponto de coordenadas (EN 700.970; 7469.185); Seque na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 701,155; 7469,005); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 02 (APP MORRO DO CÉU): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início na curva de nível 95 metros no ponto de coordenadas (EN 697,650; 7467,510); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,105; 7467,600); Seque na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 120 metros no ponto de coordenadas (EN 698,100; 7467,530); Segue na direção sudeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,225; 7467,445); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 110 metros no ponto de coordenadas (EN 698,220; 7467,360); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 698,030; 7467,300); Seque na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a linha de cumeada do Morro do Céu no ponto de coordenadas (EN 698,010; 7467,400); Seque na direção noroeste por esta linha de cumeada até encontrar o ponto de

coordenadas (EN 697,645; 7467,410); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até o ponto inicial desta descrição

POLÍGONO 03 (APP MORRO DA RÁDIO RELÓGIO FEDERAL): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no divisor de águas do Caramujo no ponto de coordenadas (EN 697,195; 7468,140); Segue na direção sudeste por este divisor de águas até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,735; 7467,990); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 115 metros no ponto de coordenadas (EN 697,595; 7467,850); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,765; 7467,805); Segue na direção sul por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 697,765; 7467,710); Segue na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,300; 7467,690); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,270; 7467,660); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 40 metros no ponto de coordenadas (EN 697,235; 7467,725); Segue na direção norte por esta curva até encontrar o Limite da Fração Urbana FON 01-R; Segue na direção nordeste por este limite até encontrar a Rua Antônio Ciuffo no ponto de coordenadas (EN 697,160; 7467,965); Segue na mesma direção por esta rua até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,190; 7467,985); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,295; 7467,915); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 85 metros no ponto de coordenadas (EN 697,330; 7467,940); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,410; 4767,975); Segue na direção noroeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,345; 7469,000); Segue na mesma direção por uma linha imaginária até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,345; 7468,025); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 75 metros no ponto de coordenadas (EN 697,410; 7468,045); Segue na mesma direção por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,430: 7468,095); Segue na direção sudoeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 697,325; 7468,065); Segue na direção oeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 697,105; 7468,125); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 04 (APP MORRO DO QUEROSENE): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início no limite da Região Norte no ponto de coordenadas (EN 695,545; 7466,955); Segue na direção sudoeste por este limite até encontrar a curva de nível 50 metros no ponto de coordenadas (EN 695,065; 7466,905); Seque na direção noroeste por esta curva até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,200; 7467,005); Seque na direção oeste por uma linha imaginária até encontrar a Rua Quintino José Ferreira no ponto de coordenadas (EN 695,110; 7467,005); Segue na direção nordeste por uma linha imaginária até encontrar o divisor de águas no ponto de coordenadas (EN 695,120; 7467,045); Segue na mesma direção por este divisor até encontrar a curva de nível 105 metros no ponto de coordenadas (EN 695,260; 7467,100); Segue na mesma direção por esta curva de nível até encontrar o ponto de coordenadas (EN 695,375; 7467,200); Segue na direção sudeste por uma linha imaginária até encontrar a curva de nível 150 metros no ponto de coordenadas (EN 695,440; 7467,145); Segue na direção nordeste por esta curva até encontrar o limite da ZRA do Querosene 1 no ponto de coordenadas (EN 695,615; 7467,005); Segue na direção sudoeste por este limite até encontrar o ponto inicial desta descrição.

POLÍGONO 05 (APP ILHA MANOEL JOÃO): É delimitada por um polígono formado por uma linha perimetral com início na Orla da Baía de Guanabara no ponto de coordenadas (EN 693,305; 7471,460); Segue na direção nordeste por esta orla até encontrar o ponto inicial desta descrição.

DECRETO N° 11745/2014

Regulamenta o estacionamento de ônibus de turismo na orla marítima da cidade nos finais de semana e feriados. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições legais, na forma do

artigo 66, VI da Lei Orgânica do Município Considerando que o lazer é um direito e uma necessidade de todos;

Considerando que a utilização das praias deve proporcionar prazer, tranquilidade e

Art. 1º - Fica regulamentado o estacionamento de ônibus de turismo na orla marítima da Art. 2 - 1 de regularimentado de saladoriamento de ofinidas de tarismo ha oria mantima da cidade nos finais de semana e feriados.

Art.2º - O estacionamento de ônibus de turismo em áreas e logradouros públicos nos finais

de semana e feriados só será permitido em local previamente d

Art.3º - As Secretarias de Ordem Pública, de Urbanismo e Mobilidade, a Administração Regional da Região Oceânica e a NELTUR devem estabelecer normas complementares, quais os ônibus de turismo estarão submetidos na orla marítima, dispondo principalmente sobre:

- l Demarcação, localização e capacidade das áreas de estacionamento;
- II Locais de embarque e desembarque;
- III Horários de chegada e partida; IV – Itinerários.

Art. 4º - As solicitações para estacionamento nas áreas designadas deverão ser precedidas de reserva antecipada à NELTUR, que, considerando a capacidade de cada área, fornecerá autorizações, especificando local, data, horário de chegada e de partida e itinerários.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 23 DE OUTUBRO DE 2014.

RODRIGO NEVES - PREFEITO

Portarias

Considera exonerado, a pedido, a contar de 17/10/2014, FABIO DA SILVA PEREIRA do cargo de Chefe de Serviço, CC-3, da Secretaria Municipal de Administração (Portaria nº

Considera nomeado, a contar de 17/10/2014, ÁLVARO FERNANDO DA SILVA BARREIRA para exercer o cargo de Chefe de Serviço, CC-3, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga decorrente da exoneração de Fábio da Silva Pereira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/2009 (Portaria nº 1313/2014).

Torna insubsistente, de acordo com o artigo 61 da Lei nº 531, de 18 de janeiro de 1985, a Portaria nº 1191/2014, publicada em 17 de setembro de 2014 (Portaria nº 1314/2014).

GABINETE DO PREFEITO

Extrato de Termo Aditivo nº 001/2014 - GABINETE PREFEITO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao termo de Cessão de Uso nº 18/2000; PARTES: Município de Niterói, representado neste ato pelo Prefeito Rodrigo Neves Barreto e a Mitra Arquidiocesana de Niterói, representado pelo S. Exa. Revma. Dom. José Francisco Resende Dias; **OBJETO**: Prorrogação do prazo para a conclusão das obras de fundação da Nova Catedral Metropolitana de Niterói, por 12 (doze) meses a contar de 20 de dezembro de 2014; **FUNDAMENTO**: O presente Termo Aditivo se rege pelo disposto na Lei nº 1.604/97; Lei nº 1.779/2000; Decreto nº 8.210,/2000, pela Lei Orgânica do Município de Niterói: pela Lei Municipal nº 925/1991; RECURSOS: O presente Termo Aditivo não envolve transferência de recurso financeiros entre os partícipes; DATA DE ASSINATURA: 12 de outubro 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria nº 234/2014

Processo nº210/2989/2014

Edital de citação: José Paz Pereira Junior, Professor, matrícula nº 236.153-3 Assunto: apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195, da Lei nº531/85; Prazo: 10 (dez) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 (três) dias, ciente de que a ausência de manifestação implicará revelia e seus efeitos; Fundamentação Legal: art. 241 e § 4º da Lei nº531/85; Vista dos autos: sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar; Horário: 9:00 horas às 16:30.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DELIBERAÇÃO CME nº 026/2014 Regulamenta as alterações introduzidas pela Lei nº 12.796/2013 para as instituições de

Educação Infantil vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Niterói.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e considerando

as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, as disposições da Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

as disposições do Decreto Municipal n.º 9820, de 26 de abril de 2006, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Niterói;

a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 05, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil:

a Deliberação CME nº 009, de 18 de dezembro de 2006, do Conselho Municipal de Educação de Niterói, que fixa diretrizes para o funcionamento de unidades de educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Niterói;

E a necessidade de estabelecer normas gerais para organização da Educação Infantil no âmbito do Sistema municipal de Ensino de Niterói, DELIBERA:

Art.1º Esta deliberação regulamenta as alterações introduzidas pela Lei nº 12.796/2013 para as instituições de Educação Infantil vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Niterói.

Art. 2º A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral de crianças de até 5 (cinco) anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e complementando a ação da família e da comunidade.

Parágrafo Único. É importante que as ações de educar e cuidar, implementadas pelas instituições de educação infantil, em colaboração com as famílias, cumpram suas funções sociopolítica e pedagógica.

Art. 3º As propostas e planeiamentos direcionados à educação infantil devem estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCN-EI), cuja cópia acompanha a presente Deliberação.

Art. 4° Os procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças devem ser implementados sem objetivo de seleção. promoção ou classificação, de acordo com o estabelecido nos artigos 9º e 10º da DCN-ÉI. § 1º A instituição de educação infantil tem autonomia para elaborar registro específico que

expresse o processo de desenvolvimento e de aprendizagem da criança. § 2º O registro a que se refere o parágrafo anterior não se trata de documento classificatório, histórico escolar, boletim ou certificado.

Art. 5º As avaliações divergentes às determinações da legislação educacional e deste Conselho Municipal de Educação caracterizarão desobediência aos preceitos legais e, consequentemente, a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Municipal de

consequentente, a Secretaria municipal de Educação e a indinação intinicipal de Educação adotarão as medidas cabíveis.

Art. 6º A carga horária mínima para atendimento às crianças da educação infantil será de 800 (oitocentas) horas anuais, distribuídas em no mínimo 200 dias letivos, sendo no mínimo de 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e 7 (sete) horas para jornada

Art. 7º A instituição de educação infantil deve efetuar o controle da frequência na pré-

escola, sendo exigido o mínimo de 60% do total de horas, sem caráter de retenção. Parágrafo Único. Os casos de frequência inferior ao exigido devem ser comunicados ao

Conselho Tutelar, depois de esgotadas as tentativas de mediação com a família.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

Aprovada em 29 de setembro de 2014.

Conselheiros ANA MARIA JUNGER FERREIRA ANTUNES FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA DA SILVA JOSÉ HENRIQUE ANTUNES JORGE NASSIM VIEIRA NAJJAR JOSEMAR COUTINHO LIMA LUIZ HENRIQUE MANSUR BARBOSA MARCELOS DE CARVALHO PINHEIRO MARIA FELISBERTA BAPTISTA DA TRINDADE MARIA DE FÁTIMA BARROS PIMENTA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Dispensa CARLOS ALBERTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 224.288-1 da função gratificada de Agente I, FG-1, desta Procuradoria (Portaria nº20/2014).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO Nº 201/2014.

INSTRUMENTO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2014; OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADA À INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU – COMPLEMENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO ANTERIOR (23/10/2014), INSERINDO OS ANEXOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELOS PROPONENTES; ASSINATURA: 23/10/2014.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE - PESSOA FÍSICA

		(nome	do
proponente),	CPF/MF		,	RG
	,		don	niciliado
		(endereço comple	to), DECLARA, p	ara fins
de direito, que quaisquer de su		DÔNEO para contratar com	o PODER PÚBLI	CO, em
Por ser a expre-	ssão da verdade, firm	iamos o presente;		
	(Local),	de	_de 20	
(Assinatura do p (Se procurador proceda à auter Nome: Identidade:	, anexar cópia da pr	ocuração autenticada ou co	m o original para	que se

propopente) CND	1		(nome	ecricão
sediada	J		(enc	_ (Hamero de il lereco comple	to). n
não foi declarado	representante leg INIDÔNEO para	gal, infra-assinado , contratar com o Po	DECLAR ODER PU	A, para fins de d JBLICO, em qua	ireito, q
suas esferas.					
Por ser a expressa	ao da verdade, firr	namos o presente;		do 20	
	(LUCai),	de		ue 20	
(Assinatura do rep	resentante legal)			·	
(Se procurador, ai proceda à autentic Nome:		rocuração autentica	ada ou co	om o original pa	a que
Identidade:				·	
	CONSTITUICA	UMPRIMENTO DO ÃO FEDERAL – PE	SSOA FÍ	SICA	
		(nome	do	proponente),	CPF/N
		(nome , RG (endered	co comple	eto). DECLARA	nara fi
de direito, conform	ne disposto no ar	tigo 7°, XXXIII DA (Constituiç	ão Federal e na	Lei 9.8
		o Oficial da União			
dezesseis anos en		alho noturno, perigo no, salvo na condiçã			
anos.	(1 0001)	do		do 20	
	(Local),	de		de 20	
oroceda à autentic Nome: dentidade:				·	
MODELO - DEC	CONSTITUIÇÃO	UMPRIMENTO DO D FEDERAL – PES	SOA JUR	ÍDICA	
		(nome (núr	mero co comple	inscrição), eto), por interméd	sedia sedia
artigo 7º, XXXIII D	A Constituição Fe	, DECLARA, para fi deral e na Lei 9.854	ins de dire l de 27/10	eito, conforme di 1/1999, publicada	sposto no Diá
noturno, perigoso	ou insalubre, ne	e não emprega me m menores de dez rtir de quatorze ano	esseis ar		
saivo na condição	(Local).	de	ъ.	de 20	
	(======================================				
(Assinatura do repi (Se procurador, ai proceda à autentic	nexar cópia da p	rocuração autentica	ada ou co	om o original par	ra que
Identidade:				·	
	FUNDAÇÃO	MUNICIPAL DE E	DUCACÂ	io.	
		Atos do Presidente			
	TER mo Aditivo Nº. 03	MO ADITIVO 036/2 6/2014 ao Contrato ME e a EDITORA	2 014 N° 096/2		
Objeto: O present com acréscimo de	e Termo Aditivo to seu valor, confor	em por objeto a pro me previsto na cláu	rrogação Isula segu	do Contrato Nº i unda, firmado en	096/20 tra a FN
e a EDITORA JOH	KNALISTICA ALB	ERTO S/A, para fo NSE", para as Unio	rnecimen	to de 97 (noveni	a e se

de Ensino de Niterói, Sede e Anexos da FME. Prazo: 12 (doze) meses, a contar de 09/08/2014, com término previsto para 09/08/2015, Valor: R\$ 34.650,00 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais), à conta do Programa..de..Trabalho.Nº.12.122.0001.2183.Código.de.Despesa.3339039000000.Fonte:1 00.Nota..de..Empenho: .001030/2014. Fundamento Legal:.Lei.8.666/93.Processo:..210/2187/2011.Data. da .Assinatura: 09/08/2014. TERMO DE CONVÉNIO Nº 005/2014
Instrumento: Termo de Convênio Nº 005/2014. Partes: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI – FME E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ENFERMOS DA CASA MARIA DE MAGDALA. Objeto: O presente Convênio tem por objeto estabelecer a parceria através de cooperação técnica entre a FME e a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ENFERMOS DA CASA MARIA DE MAGDALA, objetivando a ação conjunta para a prestação de atendimento pedagógico e educacional à crianças e jovens com necessidades especiais, HIV soropositivos ou não, além de deficiências sensoriais, intelectuais, neurológicas e motoras.Prazo: 24 (vinte e quatro.) meses, a contar de sua assinatura, com término previsto em 14/10/2016. Processo Nº 210/4444/2014. Fundamento Legal: Constituição Brasileira, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº. 9394/96, Lei Orgânica do Município de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº. 9394/96, Lei Orgânica do Município de Niterói - Capítulo IV - Seção I - Da Educação e da Seção I - Da Assistência Social, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacional - PCN - Resolução CNE/CEB Nº 01/99 do Conselho Nacional de Educação e por todas as demais normas pertinentes. Data da Assinatura: 14/10/2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL

Ficam convocados professores, pais de alunos e servidores da NAEI Vila Ipiranga, localizada na Travessa Laurides Mattos, s/nº, Vila Ipiranga, neste município, bem como quaisquer membros da comunidade interessados em prestar serviços à referida escola, ou comprehense de conventiones de consensados em prestar serviços à referida escola, ou comprehense de conventiones de consensadores de con acompanhar o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, para uma Assembléia Geral do Conselho Escola Comunidade que será realizada no dia vinte e sete de outubro do decorrente ano, às 08:00, na sede da Unidade Escolar para discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

- Verba do PDDE:
- Festa Primavera; Assuntos Gerais.

- Assurtos Geráls.

Aprovo as contas do convênio PGM nº 035/2011 e Termo Aditivo nº 04/2013, período: janeiro a junho de 2013 do INSTITUTO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, Creche Comunitária Instituto Dr. March, Programa Criança na Creche.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO 220/001955/2014

A Comissão de Pregão comunica aos interessados o adiamento da licitação na modalidade Pregão Presencial, sob o nº 017/14, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinada a contratar empresa especializada referente à aquisição de material de escritório para atender as necessidades desta Fundação e Unidades, com abertura prevista para o dia

30/10/2014, às 14h, em razão da necessidade de alteração do edital, com data a ser marcada posteriormente.

NITERÓI PREV. Atos da Presidência PROCESSO № 310/1138/2014 - INDEFERIDO

PROCESSO № 310/1138/2014 - INDEFERIDO

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI - CLIN
Despacho da Presidente
NOTIFICAÇÃO

Comunico que os relacionados abaixo recusaram-se a receber, assinar e/ou não foram encontrados no ato da Notificação, ficando desde já obrigados a cumprir a exigência de limpar e manter limpo, murar ou cercar terreno edificado ou não no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 17 do Código de Limpeza Urbana, sob pena de ser lavrado auto de infração.

NOTIFICAÇÃOS

1 – Alvir de O. Moreira – Not. 20244 -Av. Rui Barbosa ,São Fran cisco – Insc. 0311696
AUTO DE INFRAÇÃO:
1 - Therezinha G. Filgeuriras Barbosa AI 4306− Trav. Rubens Fran cisco Barros nº 87, Fonseca – Insc. 0124784

2 - Therezinha G. Filgeuriras Barbosa AI 4308− Trav. Rubens Fran cisco Barros nº 87, Fonseca – Insc. 0124784